

Acta nº.09

Aos **vinte e nove** dias do mês de **Dezembro**, do ano de **dois mil e seis**, pelas 09h00, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Municipal, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, de cuja convocatória, datada de onze do mesmo mês, constavam da Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

I – Período de “antes da ordem do dia”.

II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:

- 1º. Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.**
- 2º. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Valença para 2007**
- 3º. Apreciação e votação da Carta Educativa do Concelho de Valença.**
- 4º. Apreciação e votação do pedido de autorização para “Venda do Direito de Participação na VENTOMINHO – ENERGIAS RENOVÁVEIS, S.A.”**
- 5º. Apreciação e votação dos Estatutos da “VM Urbe Associação de Desenvolvimentos dos Centros Urbanos do Vale do Minho” e concessão da autorização para que o Município de Valença se associe à mencionada associação”.**
- 6º. Apreciação e votação dos estatutos da associação “FICAM – Foro Ibérico das Cidades Amuralhadas” e concessão da autorização para que o Município de Valença de associe à mencionada associação.**
- 7º. Apreciação e votação da proposta relativa a Novas Actividades na Piscina Municipal.**
- 8º. Apreciação e votação da lista de candidatos a Juízes Sociais.**
- 9º. Eleição de um membro substituto para a Comissão Municipal que concede as Autorizações de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho.**
- 10º. Eleição de 5 cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança.**

III - Período de intervenção do público.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa**, Jorge Gama, quando eram 9h10m, deu início aos trabalhos, fazendo a saudação protocolar.

Seguidamente a **1ª Secretária**, **Anabela Rodrigues** fez a leitura do resumo da correspondência recebida e expedida. Informou também que toda a documentação se encontra à

disposição dos senhores deputados, hoje na Mesa e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

Intervém novamente o **Presidente da Mesa** que dá ainda informação relativa a um ofício enviado pela Assembleia de Freguesia de Ganfei, fazendo a respectiva leitura.

Informa também que recebeu, do Conselho Municipal de Educação, documentação que solicita que todos os membros anexem à documentação constante no ponto três - Carta Educativa.

Referiu ainda ser especialmente grato registar a apresentação de duas obras, uma promovida pela Junta de Freguesia de Cristêlo-Côvo e outra da autoria do senhor Major Pereira de Castro, ambas com uma apresentação fabulosa, com uma lição de história e que constituem contributos muito positivos para a fixação das memórias da nossa comunidade.

Manifestou ainda a sua preocupação e profundo desgosto com uma ocorrência que foi o atropelamento da mãe de Carlos Marinho. Em seu nome e em nome de todos, deseja-lhe rápidas melhoras.

De seguida refere que, de acordo com o regimento, deveríamos entrar no período reservado à discussão e votação da acta da sessão anterior. Informa que houve um contratempo e que por isso a acta foi retirada da discussão. Irá ser reformulada e depois virá a discussão e votação para aprovação, na próxima sessão deste órgão autárquico. Acrescenta que nada será prejudicado uma vez que as deliberações que tinham de ter efeitos imediatos seguiram o seu curso normal, porque foi aprovada a acta em minuta relativamente a essas questões.

•

1º Moção

MOÇÃO

A anunciada intenção do governo em cobrar portagens no IC1/A28 constitui uma medida extremamente lesiva para os interesses das populações e empresas do Noroeste Peninsular e, muito particularmente, para o Concelho de Valença que assim se verá privado de uma alternativa útil à auto-estrada A3, por natureza vocacionada para servir o Distrito de Braga, tal é a ausência de acessos directos aos Concelhos de Viana do Castelo.

Para além da indesmentível e escandalosa quebra de promessa eleitoral sobre esta matéria – que encontra aliás paralelo em matérias tão caras às populações como o encerramento de escolas, urgências de centros de saúde e serviços públicos de toda a ordem – acresce ainda o descaramento de nos ser indicada a antiga EN13 como percurso alternativo àquela via rápida, que devia ligar o Porto a Valença sem custos para o utilizador.

Com efeito, a EN13 não difere, hoje, de uma vulgar estrada intermunicipal com características urbanas que atravessa três cidades, duas delas com as respectivas pontes encerradas para obras – e previsivelmente com o trânsito de pesados futuramente interdito – pejada de dezenas de rotundas, semáforos, paragens de autocarros e todo o tipo de equipamentos próprios de pressão urbanística do litoral.

Toda a gente sabe disso, da Foz do Douro ao Vale do Minho. Só o governo autista do Partido Socialista finge ignorar tal realidade na sanha de tudo pôr a render em nome de uma Estabilidade e Crescimento que, na prática, acaba por nos ser negada.

Consciente do valor acrescentado que constitui o fluxo de pessoas e bens à nossa região que traçados da IC1/A28 potenciam, e numa interpretação desassombrada e objectiva da revolta sentida pelos utentes, singulares e colectivos, face a mais uma medida discriminatória que os sobrecarrega economicamente e os aparta do desenvolvimento e da prosperidade, a CDU Valença apela aos membros presentes na sessão ordinária da Assembleia Municipal, reunida a 29 de Dezembro de 2006 no Auditório da Biblioteca Municipal, que manifeste a sua inequívoca condenação em relação à instauração de portagens no IC1/A28, votando favoravelmente a

presente moção e incumbindo expressamente a Mesa desta Assembleia Municipal a transmitir a decisão ao Gabinete do Senhor Primeiro Ministro e ao Ministério responsável pela tutela da respectiva matéria.

Assembleia Municipal de Valença
Sessão Ordinária de 29 de Dezembro de 2006
O Membro Eleito pela Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Segue-se **Salustiano Faria** que refere que em relação à moção apresentada, a sua opinião, que não é de agora, é a de que quanto mais difícil for sair de Valença para sul, melhor será para o comércio Valenciano. Quanto melhores forem as vias de acesso para escoar o trânsito de Espanha, melhor será para Braga ou Viana do Castelo e não melhor para o comércio local em Valença.

Sobe à tribuna **José Nogueira** que diz que esta moção, face ao tempo em que é apresentada, é extemporânea, porque o Governo sobre esta matéria já decidiu a título definitivo. Refere que o grupo municipal do PS certamente votará contra esta moção.

Intervém **Santos Silva** que manifesta a sua perplexidade perante a intervenção de Salustiano Faria. Refere que, estando o mesmo numa posição de direcção de uma casa que sente todos os dias as dificuldades de movimentação das suas viaturas, considera a sua argumentação quase “medieval”.

Acrescenta que o problema não está nas “vias de penetração”, é necessário sim que haja inteligência e capacidade de criar pontos dinamizadores e de interesse para quem queira visitar e permanecer em Valença. Conclui que o voto do seu Grupo será o de rejeitar as palavras que foram proferidas pelos anteriores intervenientes.

Afirma ainda que é o Governo que se faz de vítima e inventa razões para faltar aos seus compromissos, desonrando-se na sua palavra, porque os estudos económicos que apresentou em relação à EN13 ou à estrada que vem do Porto, são perfeitamente desonestos.

Segue-se **Alberto Reis** que diz concordar com algumas das questões já levantadas. Refere que o que é necessário e fundamental é que as forças vivas de Valença convertam esta vila num pólo de acção e atractividade, para que as pessoas venham a Valença. Concorda que essa fixação/atracção não se pode obter com a criação de entraves como portagens. Afirma ainda concordar que a antiga EN13 já não é uma estrada local, é uma rua daqui até à foz do Douro, com 120km de comprimento, portanto não é uma alternativa. Quanto à proposta que trouxe o senhor Armando Carvalho, refere que se identifica com a mesma, principalmente a segunda parte e, como tal, votará favoravelmente.

Intervém novamente **Salustiano Faria** que refere que ficou com a “impressão” de que o senhor Jorge Santos Silva falou nele, enquanto Presidente dos Bombeiros, como sendo uma pessoa insensível aos problemas de saúde das pessoas. Refere que de forma alguma é indiferente a estes assuntos e justifica o porquê de, em algumas situações, os bombeiros não optarem pela auto-estrada.

Segue-se **Armando Carvalho** que se manifesta “chocado e triste com a reacção a esta proposta”. Refere que está “chocado com os termos com que se dirigiu o senhor Dr. Nogueira, tentando branquear, como diz e muito bem o senhor Dr. Santos Silva, uma responsabilidade que é inteiramente do Governo”. E está “triste porque não contava ver o meu amigo Salustiano num desvario de tal maneira, que o tivesse levado a proferir as declarações que proferiu”.

Continua dizendo que, quando esta proposta foi feita, todos pensaram que não haveria grandes problemas de aceitação, embora evidentemente pudesse haver reservas, dado os termos em que a proposta é apresentada por comunistas e por ecologistas. Informa que nos “arriscamos a ser precisamente um dos concelhos mais prejudicados pela introdução de portagens na *scut*, e

provavelmente o único que vai reprovar uma condenação dessa medida. Porque, não sei se se lembram, a Assembleia Municipal do Porto votou por unanimidade uma condenação à introdução de portagens e Viana do Castelo também, portanto será que nós vamos sair na imprensa na qualidade dos únicos, que sendo os mais lesados, ainda por cima encobrem as pessoas que nos lesam!”

Intervém de seguida **Santos Silva** para dizer que o senhor Salustiano Faria não percebeu aquilo que quis dizer. Quando invocou a “casa” onde ambos trabalham, fê-lo porque sabia das decisões que o senhor Salustiano tinha tomado e que a sua intervenção não ia, de todo, ao encontro dessas decisões.

Sobe à tribuna o **Presidente da Câmara** que informa que ainda não há certezas sobre se haverá lugar a pagamento de portagens do IC1 até Viana do Castelo, ou eventualmente até à Póvoa. Informa ainda que há dificuldades, de carácter técnico, de cobrar portagens neste tipo de ligações que não são auto-estradas, nomeadamente o IC1.

Refere que se efectivamente se vier a confirmar que o IC1, Porto – Viana vai ser portajado, esse facto será bastante negativo para o distrito, não tão directamente para Valença como sendo o concelho mais prejudicado com essa medida, mas sim para Viana do Castelo. Viana do castelo tem uma realidade que não tinha antes do IC1, hoje é um local de residência permanente para muitas pessoas que trabalham no Porto.

Reitera que a posição não está tomada mas que se se confirmar não mudará de opinião pois, como há três anos atrás, continua a considerar bastante lesiva para todos. Acrescenta que, no entanto, se vier a ser portajada a partir da Póvoa de Varzim concordará.

Conclui dizendo que esta é uma questão incómoda para o PSD, pois o PSD defende a abolição total das *scuts*.

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** para afirmar que está, pessoalmente, contra portajar qualquer troço da ligação entre o Porto e Valença. Não obstante, não poderá subscrever esta moção, não pela proposta objectiva que ela contém, mas pelos considerandos, que naturalmente considera lesivos da figura do Governo.

Procedeu-se à votação que, num universo de 37 votantes, registou 10 votos contra (Jorge Gama, Salustiano Faria, José Nogueira, Maria do Carmo, Luís Amorim, Mário Andrez, Manuel Cunha, José Esteves, Maria da Conceição e António Fernandes) e 7 abstenções (Maria Margarida Rodrigues, Alfredo Magalhães, Mário da Cruz, Luís Areias, Avelino Gonçalves, Manuel Fernandes, Rui Marrucho e António Sousa). **Aprovada por maioria.**

Período destinado às intervenções políticas e às interpelações ao senhor presidente da Câmara Municipal de Valença.

Inicia este ponto **Armando Carvalho** que declara “Tem sido, até à data, norma deste executivo o envio das actas das sessões da Câmara ocorridas entre o intervalo das sessões da Assembleia, atitude que, sendo protocolar, reflecte uma boa prática de exercício democrático. Todavia, desta vez assim não aconteceu. Desde a reunião do executivo ocorrida em 6 de Setembro de 2006, acta nº18, que o conhecimento das deliberações se resume ao constante das certidões extraídas para efeito de inclusão na Ordem de Trabalhos da Assembleia.

Espera-se que às boas práticas, que saudamos, não venha a suceder um período de displicência em relação a esta matéria, a bem do prestígio desta casa. É que, no fundo, é a partir desse conhecimento deliberativo que tem sido construída muita intervenção neste período de antes da ordem do dia e da interpelação ao Presidente.

Será necessário, eventualmente, reforçar os meios humanos do Secretariado da Assembleia de modo a que a colação e envio documental se processe de forma mais expedita, de forma a evitar, por exemplo, o recente envio de cinco relatórios e contas (com registos de entrada no expediente em Março e Abril) cuja análise, pela sua importância não é, de todo,

adiável, aos quais acresce ainda as GOP/Orçamento para 2007 (deliberação de 27 de Novembro), portanto já podia ter chegado há mais tempo e a Carta Educativa.

Relativamente ao relatório da Valorminho, registamos com agrado um acréscimo de 10,4% na recolha selectiva de RSU'S, à data de 2005, o que significa que esta prática por parte dos munícipes se traduz num decréscimo de 7,1% de lixo em depósito em aterro. Este indicador demonstra a justeza da sugestão da CDU no sentido de que a autarquia deve esforçar-se por incumbir o operador Novaflex à instalação de Ecopontos nas grandes superfícies comerciais e aumentar os existentes nas freguesias rurais.

Quanto ao relatório e contas da Associação Comédias do Minho, registamos a alteração ao formato de Direcção Artística que, além de nos parecer indicar um esforço de contenção financeira, aplaudimos pela opção de envolvimento colectiva no projecto. Atendendo ao deficiente panorama e oferta cultural a que infelizmente os Minhotos estão votados, a associação do Município com esta Companhia parece-nos uma decisão acertada.

Águas do Minho e Lima – uma leitura atenta da mensagem do Senhor Presidente do Conselho de Administração revela, no 6º parágrafo, o rigor da análise da CDU que protagonizei na última Assembleia em relação à natureza financeira dos investimentos da Empresa. Disse, então eu, que 85% dos investimentos eram financiados a fundo perdido, o que o senhor Presidente desmentiu categoricamente. Pois bem, o Presidente do C. A. afirma, e passo a citar, que solicitou através do Fundo de Coesão um apoio a fundo perdido de 85% para a construção das infra-estruturas do Subsistema de Abastecimento de Água aos municípios de Melgaço, Monção e Valença.

Não é novidade, assim como não é novidade o Resultado Líquido do Exercício ser negativo porque, e volto a citar, o estádio actual da Concessão não tem, ainda, representados os efeitos dos proveitos de exploração resultantes da venda de água e da recolha de efluentes.

Quanto à problemática da realização dos sistemas em baixa já se pode falar em novidade. Segundo o senhor Presidente do C. A. “as dificuldades na obtenção de orientações superiores que ultrapassam a Empresa, impossibilitaram a obtenção de uma solução. Aguarda-se uma definição superior que se espera venha a acontecer muito em breve.” E aconteceu mesmo: ainda recentemente foi anunciada a fusão das Águas do Minho & Lima com as Águas do Cavado, a tal “definição superior” que faltava para, por um lado engordar a rede de clientes de forma a convencer o B.E.I. a emprestar a parte não financiada a fundo perdido e por outro, tornar o negócio mais atraente para a eventualidade de uma futura privatização.

Agora gostava de ser esclarecido sobre o edifício da alfândega. Segundo consta nas GOP, o Município adquiriu o edifício da Alfândega. Solicito ao senhor Presidente o favor de esclarecer se a aquisição compreende todos os corpos do edifício, ou se só uma parte dele.”

Segue-se **Manuel Lopes** que depois de manifestar o seu desagrado pela data em que se está a realizar esta reunião, interpela o Presidente da Câmara relativamente às obras que estão a decorrer na sua freguesia – Ganfei. Refere que gostaria de ver os prazos da obra de saneamento cumpridos e pergunta se não serão aplicadas sanções ao empreiteiro caso isso não aconteça. Pergunta ainda onde está a sinalização das obras e o que vai ser feito relativamente aos danos causados em propriedades privadas. Coloca ainda outras questões de carácter técnico relacionadas com a aplicação do “tapete”, a drenagem e as caixas de desvio de águas pluviais.

Seguidamente, chama a atenção para a necessidade de se colocarem semáforos junto ao restaurante “Merendola”. Justifica essa necessidade com o aumento do “tráfego de crianças” e o registo de inúmeros acidentes. Acrescenta ainda que esta proposta, apresentada pelo senhor vereador Dr. Jorge Mendes, já foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara.

Refere ainda o facto de se encontrarem tantos vendedores ambulantes na zona intramuros e ironiza, perguntando se o mercado foi transferido para lá.

Termina dizendo que desconhecia que o senhor Rui Marrucho, na qualidade de representante dos presidentes de junta, tivesse poderes acrescidos. Explica ter recebido uma carta na qual o mesmo o “convocava” (ao invés de convidar) para um jantar.

Mostrou ainda a sua perplexidade para com um ofício, que espera que não tenha saído da Câmara de Valença, pois seria “uma vergonha”, no qual constava em obs (observações): “ao senhor vereador Manuel Domingues queria lembrar, que se lhe diz alguma coisa o Primeiro

Ministro ter falado num programa que apelidou de *Simplex*. São Pedro da Torre é uma autarquia de Valença ou não? Obrigada pelo tempo que me fez perder, nós temos todo o tempo que Deus nos dá e também somos pagos para isso.” Mostrou-se perplexo pois considera ser uma brincadeira de mau gosto do senhor Rui enquanto representante dos presidentes de Junta e uma falta de respeito para com os vereadores que a população de Valença elegeu.

Usa da palavra **Santos Silva** que começa por agradecer os Votos de Boas Festas enviados pelo Presidente da Assembleia e pelo Presidente da Câmara, os quais retribui e, dado que é esta a última reunião, no último dia útil do ano, formula Votos de um Bom 2007, extensivos a todos os presentes e familiares, com desejos das maiores felicidades e realizações, a nível pessoal, político e profissional.

Continua dizendo “principalmente a pensar nos mais novos aqui presentes, gostava ainda de recordar, aqui e agora, a realização, há 30 anos, passados no passado dia 12 deste mês, das primeiras eleições autárquicas realizadas em liberdade e consciência cidadã, no Portugal democrático, em 12 de Dezembro de 1976. Pessoalmente, por ter tido a ocasião de, poucos anos antes, recusar um convite de nomeação – sim, nomeação – para Vice-Presidente desta mesma Câmara, recém-chegado da Guiné, sinto-me honrado por hoje estar aqui a falar, eleito e mandatado pelos meus concidadãos, que me escolheram pelo seu voto. Ainda a propósito, e passo a expressão, “bicada” do senhor presidente da câmara aos membros o PSD, a minha autoridade moral, vem da minha independência na análise dos interesses das populações, o PSD também faz coisas erradas, não podemos é ser críticos e fundamentalistas na rigidez da disciplina partidária.

A questão que me faz intervir nesta Sessão, pela primeira vez, é muito simples: O PS, maioritário nesta Assembleia, sempre fez questão de recordar que o PSD, enquanto Governo, não concedia as verbas do PIDAC suficientes para o cabal desempenho da Autarquia tendo, inclusive, encabeçado um Voto de Protesto sobre o assunto. É agora a sua vez, Sr. Presidente, de nos dizer o que acha da ridícula verba de 3.000,00€ que o Governo PS atribuiu a Valença.”

Intervém de seguida **João Amorim Dias** que refere: “na sessão anterior, parte da minha intervenção foi baseada na obra dos passeios na Avenida Miguel Dantas, primeira fase já concluída e a segunda fase do GAT à GALP a levar a efeito, alertando a falta de rampas para os deficientes em alguns troços dos passeios, quer na primeira fase, quer na segunda fase, verificando no entanto que na segunda fase das obras que estão quase concluídas. Essas mesmas deficiências não foram rectificadas, apelo mais uma vez para esta situação.”

Segue-se **Manuel Ferreira** que diz: “A primeira questão que queria colocar nesta Assembleia, tem a ver com a queda da muralha em Valença. Queria saber como é que tal situação foi possível acontecer e se já se apuraram responsabilidades relativamente a esta situação grave. Eu não faço só estas questões pelo facto de cair um troço da muralha de Valença, falo porque nós sabemos que qualquer pessoa que queira fazer qualquer obra, qualquer empreendimento dentro das muralhas tem mil e quinhentos organismos estatais à perna, incluindo a câmara e agora numa situação destas onde estão envolvidos enormes verbas, enormes especialistas, engenheiros e acontece uma situação destas. Senhor presidente, desde o dia 7 de Dezembro que não sabemos nada, é imperativa uma resposta.”

Sobe à tribuna **José Nogueira** que declara: “Permitam, senhores deputados municipais, que aqui deixe registo de alguns dos últimos exemplos do empenho e dedicação do executivo em ‘servir’ o concelho e as suas gentes. É que, atenta a sua relevância e implicações, não podemos deixar de salientar:

1. Que as obras de requalificação da emblemática Avenida de Espanha e dos espaços envolventes ao edifício da antiga fronteira já se acham em curso, permitindo-lhes, após conclusão, adquirir um perfil mais consentâneo com as demais já executadas na parte central da vila e, bem assim, as da segunda fase de requalificação da Praça-Forte.
2. Que Valença, fruto de aturadas démarches do Dr. José Luís Serra junto do Governo da República e à semelhança do que vai suceder em Lisboa, Coimbra, Porto e Braga é contemplada

com uma estação de comboios de Alta Velocidade. Será, não haja dúvidas, um pólo aglutinador importantíssimo no progresso e desenvolvimento sustentado deste concelho.

3. Que a Câmara Municipal em candidaturas a programas sociais haja obtido uma creche para Cerdal (que os últimos dois governos do PPD/PSD nunca quiseram aprovar) e o Centro de Dia em Valença (Associação de Reformados).

4. Que Valença reafirmou a sua centralidade no Serviço de Urgência Básica nacional, assegurando uma unidade de urgência não cirúrgica, com capacidade para fazer os primeiros diagnósticos clínicos e estabilização de pacientes, possibilitando apoio diferenciado em permanência (inclusive durante eventual acompanhamento no transporte de doentes) mais que duplicando o número de camas existentes e, no mínimo, dois médicos e dois enfermeiros.

Permitam um aparte: é lamentável que alguns que se dizem valencianos valorizem mais um pretensão hospital para o Vale do Minho (da Santa Casa da Misericórdia de Monção) – atente-se na ‘guerra’ que o Município de Monção travou e perdeu (inclusive propositadamente reunindo a Assembleia Municipal) – do que o SUB que Câmara de Valença conquistou aquando da visita, em Março, do Snr. Ministro da Saúde – e as obras de adaptação do Centro de Saúde aí estão, ‘no terreno’ para o demonstrar.

5. Que o reforço da rede de saneamento básico avança a passos largos, com os projectos de Cerdal e de Verdoejo concluídos e a de Friestas em vias de conclusão (Fevereiro de 2007). Já avançou, igualmente, a segunda fase de intervenção em Ganfei, num investimento de € 510.000,00. Seguem-se S. Pedro da Torre e Arão. Passo a passo, atentas as disponibilidades económicas, o ‘investimento em obras que não se vêem’, nas “obras que não dão votos” (segundo o senhor Lopes até vão retirar votos, face como estão a decorrer as obras em Ganfei), mas que constituem prioridade para a salubridade e saúde dos valencianos seguem bom curso, ou não tão bom assim no caso de Ganfei. É a aposta na qualidade de vida.

6. Que a Comissão Nacional para a Protecção de Crianças e Jovens em Risco promoveu, em Valença, no pretérito mês de Outubro, acções de formação para os técnicos das Comissões de Protecção e com o fito de melhor os capacitar na sua intervenção diária no âmbito das temáticas do sistema de protecção de crianças e jovens, a família, os maus-tratos e resiliência e a avaliação, diagnóstico e intervenção. Prevenir o que por vezes não tem remédio – vejam-se as manchetes dos jornais de ontem “Estado deixa morrer bebé de dois anos”...

Um concelho que não olha pelos seus habitantes mais desprotegidos, mais carenciados, é um concelho injusto, que perde o sentido de concelho, de humanidade e com isso também perde competitividade e sentido de responsabilidade. Felizmente não é o nosso caso.”

Em resposta às questões levantadas, o **Presidente da Câmara** começa por dizer que o trágico acontecimento em Monção (criança de dois anos, vítima de maus tratos morta pela própria mãe) o fez reflectir, como observador, sobre a eficácia do funcionamento das Comissões de Protecção de Menores. Declara ter dúvidas quanto à sua eficácia e deixa um apelo aos membros aqui presentes que pertencem à Comissão de Protecção de Menores para que reflectam sobre este assunto.

Sobre as Águas do Minho & Lima, questão levantada pelo senhor Armando Carvalho, refere que foi o Presidente do Conselho de Administração que solicitou um apoio de 85% ao Fundo de Coesão para financiamento do processo de abastecimento de água a Melgaço, Monção e Valença. Garante ainda que nem todos os investimentos que as Águas do Minho & Lima faz são financiados a 85%.

Sobre o edifício da alfândega diz continuar a ter sérias dúvidas se uma parte desse edifício está englobada na aquisição, na altura, por parte da Câmara. Refere que no documento de venda não é claro que todas as partes do edifício foram “vendidas”.

Relativamente às questões do membro Manuel Lopes, informa que “que já lá vai o tempo em que a Câmara entregava as obras a quem queria. A Câmara entrega as obras a quem pode, com base num concurso público, com base em critérios.” Diz ainda concordar com os problemas apontados relativos à obra, nomeadamente no que diz respeito à sinalética.

No que se refere aos semáforos junto ao “Merendola”, diz não se importar com quem “foi o padrinho das ideias brilhantes” mas sublinha que também ele já fez, pessoalmente, esta

proposta ao senhor director de estradas e por isso espera que, no novo plano rodoviário para 2007, estes venham a estar contemplados.

Em resposta ao senhor Santos Silva, no que se refere ao PIDAC, diz que se esforça, terrivelmente, para ser coerente com as suas posições e que quem esteve atento viu que a sua reacção ao PIDAC, foi o de o considerar “folclore político”. Diz defender que o PIDAC como instrumento descentralizador de investimentos da administração central devia acabar.

Conclui dizendo que há muitas medidas que este Governo está a tomar com as quais concorda plenamente, outras há com as quais não concorda nem pode ouvir falar nelas. Diz não ter nenhum “directório partidário” que o obrigue a dizer isto ou aquilo. Está à vontade para criticar em consciência, às vezes considera-se mesmo “uma voz incómoda no PS”.

Sobre a EN13, questão levantada pelo senhor João Amorim Dias, refere que, efectivamente, o mesmo está a reiterar aquilo que já referiu na última assembleia, apesar de os passeios estarem em fase final. Aquela obra tem mais componentes, tem mais intervenções e o senhor vereador responsável não se irá esquecer de corrigir essa situação - não há uma ligação em rampa dos passeios, das passagens de uns lados para os outros.

Respondendo ao Dr. Manuel Ferreira, sobre a questão do muro refere que, em primeiro lugar, lamenta ter acontecido pois ninguém, na Câmara, ficou contente por o muro cair; em segundo lugar, refere que a Câmara foi acusada de passividade mas uma acta, que é documento público, prova que numa dessas reuniões que se realizam de 15 em 15 dias, os engenheiros da Câmara Municipal e o senhor vereador responsável pela obra alertam a empresa para o perigo daquela zona e está assinada pelo responsável, pelo representante da empresa Monte Adriano.

Acrescenta que na reunião de Câmara imediatamente a seguir ao sucedido, propôs a abertura de um inquérito para averiguações. Informa ainda que vão ser apuradas responsabilidades, e que o IPAR esteve presente no local e garantiu que é um muro de interiores, não é um muro principal da fortaleza, não é difícil de o reconstruir pois as pedras estão numeradas.

O **Presidente da Mesa** comunicou as presenças, registando apenas os pedidos de substituição dos membros Dora Cláudia Rodrigues Ferreira e José Manuel Temporão Monte, substituídos respectivamente por António Manuel Fernandes e Raul Joaquim Lopes. Relativamente à Câmara Municipal, registou as presenças dos vereadores Tiago Alves, Joaquim Covas, Manuel Domingues, Fernando Rodrigues e Aurélia Correia.

O mesmo interrompeu os trabalhos para intervalo, por um período de 20 minutos, quando eram 10h30m. Foram retomados pelas 10h50m.

1º Ponto

Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.

Inicia este ponto **Armando Carvalho** que declara: “Foi aqui abordada a temática do PIDAC, que é um assunto que nos afecta. É efectivamente escandaloso o PIDAC para Valença sendo que só temos direito a 3000€ de financiamento para investimento. Já sabemos o que pensa o senhor presidente, já nos disse uma vez que o PIDAC vale o que vale, já nos disse que o PIDAC era o folclore político e diz também que na sua opinião o PIDAC devia acabar, eventualmente para ser substituído por outro programa do mesmo tipo, porque só faz a gestão política neste momento. Eu acho curiosa esta afirmação, porque se se entende por gestão política que as verbas do PIDAC são atribuídas de acordo com a implantação eleitoral do partido do poder à data em que as verbas são destinadas, então o seu executivo deve estar em muita má conta para apenas nos darem 3000€. Pela primeira vez, o distrito de Viana do Castelo passou para o último lugar na atribuição de verbas no PIDAC, isto não parece muito dramático porque se passou para o último lugar é porque já esteve em primeiro, não me parece que alguma vez tenha sido porque primeiro estão as grandes metrópoles, mas neste primeiro caso, estando em último lugar e tocando-nos a nós a ridícula verba de 3000€, também é de registar que a fatia de leão foi para Viana do Castelo, nomeadamente para engordar o programa Polis, que como toda a gente sabe é altamente controverso, mesmo para os próprios vianenses. O senhor presidente diz também que espera do PIDAC para 2008 o financiamento da Câmara Municipal e

a minha pergunta é esta: o projecto da Quinta da Mota não é mais importante do que o financiamento da Câmara Municipal em 2008? Com todo o interesse que eu próprio tenho na reconstrução do edifício da Câmara Municipal, eu a CDU. Porque de facto, convém aqui lembrar que a posição dos vários partidos, em sede da Assembleia da República quanto à inscrição da verba necessária para a construção da escola Superior de Ciências Empresariais na Quinta da Mota, que o nosso município já comprou e que já fez transitar administrativamente para o politécnico de Viana. Tem sido extremamente dúbia, o PSD votou favoravelmente à retirada dessa verba do PIDAC no ano anterior, o PS que até era proponente absteve-se e só o PCP é que continua a ser o teimoso a votar favoravelmente a inscrição no PIDAC dessa verba para Valença, tanto no ano anterior como neste ano.

Queria referi-me também à derrocada do muro na fortaleza e esclarecer que para nós não passa efectivamente da derrocada de um muro de retenção. Não embarcamos nas parangonas que dão da muralha de Valença caída como se viu na comunicação social. O que caiu foram 25 a 30 metros do muro de retenção ao passadiço da sentinela, do lado de dentro das muralhas, sendo que para qualquer pessoa de bom senso as muralhas são constituídas pelas ameias, ora o que caiu não foram as ameias, o que caiu foi um muro de retenção.”

Pergunta ainda porque é que não há reuniões mais regularmente pois provavelmente a dimensão da obra justifica e se a empresa tem um projecto de emergência para acompanhamento da obra nos casos de maior risco. Questiona ainda se os serviços técnicos da Câmara não emitem pareceres sobre esses planos de emergência ou sobre esses pormenores de risco de construção.

Deixou ainda alguns reparos relativamente às obras em Ganfei, às valas, dizendo estar completamente de acordo com o presidente daquela freguesia, porque infelizmente também danificou a sua viatura por entrar numa rua que já não tinha pavimento e onde não havia a sinalética necessária.

Manifesta a sua irritação para com a falta de informação na rede viária, a falta de coordenação de trânsito, e refere que é preciso não esquecer que muitas vezes o exemplo vem da própria Câmara, uma vez que as suas obras nem sempre cumprem as melhores regras.

Para terminar, refere que sobre o TGV e uma vez que Valença é uma das sete partes do país que vai acolher uma estação do TGV, acha curioso que não se veja isso mencionado em parte alguma.

Segue-se **Manuel Lopes** que diz a José Nogueira que “Ganfei ainda não precisa de nomear defensor”.

Em relação ao saneamento, diz ter feito uma critica construtiva para que as falhas que ocorreram entre Maio e Dezembro, não voltem a acontecer. Diz ainda lamentar que a dr^a Lúcia uma vez que também é de Ganfei, não tenha levantado o problema, até porque foi uma das lesadas, o seu carro também ficou preso na areia por causa das obras aliadas ao mau tempo. Diz compreender que as condições climatéricas não têm ajudado, que a inclinação da freguesia também não ajuda mas que o empreiteiro já o sabia quando assinou o caderno de encargos. Refere por outro lado, os aspectos positivos da obra como o asfalto, o tapete nas vésperas do Natal.

Chama a atenção para a importância de se fiscalizarem as obras e ter cuidado com a escolha dos empreiteiros em futuras obras de saneamento.

Em relação aos semáforos no “Merendola” refere, a título de exemplo, que em Vila Nova de Cerveira, mais concretamente na freguesia de Campos, em apenas 200 metros há quatro semáforos. Portanto, considera que não será difícil aprovarem uns para o local apontado, até porque são necessários para salvar vidas, evitar acidentes.

Para terminar pergunta ao Presidente da Câmara como está a questão do PDM.

Intervém **Isabel Andrez** que, depois de agradecer e retribuir os votos de Boas Festas e Bom Ano, solicita que a esclareçam relativamente a alguns processos em contencioso.

Segue-se **Alberto Vilas** que refere que na anterior sessão perguntou pela informação que as entidades participadas pelo município têm obrigação de entregar. Explica que, o que se pretende é uma informação resumida da actividade e esta, mais uma vez não corresponde.

Coloca ainda outra questão, já abordada na sessão anterior, relativamente ao edifício dos Correios e pergunta se a Câmara já interveio, uma vez que houve publicitação da sua venda por parte do seu detentor, os CTT.

Refere ainda que, também na última sessão da Assembleia Municipal, o Presidente informou que a questão da instalação ou não da Pousada de Juventude, era uma opção política e que achava que os centros de juventude eram mais interessantes, e que era dentro desse âmbito que iria fazer um projecto. No entanto, agora, verifica-se que o senhor presidente mudou de ideias, uma vez que, se assim não fosse, não faria qualquer sentido colocar no orçamento um equipamento com o qual não se concorda.

Questiona ainda o Presidente sobre quais foram os objectivos e resultados da visita de estudo realizada ao Brasil por uma comitiva alargada, na qual se encontrava também o Presidente da Assembleia.

Por último, refere que gostaria de ser esclarecido quanto ao quiosque, pois pelo que parece, o existente ainda não está a funcionar mas a Câmara já fez outra candidatura para instalar outro.

Usa da palavra **João Amorim Dias** que chama a atenção do Presidente da Câmara para os problemas relacionados com a rua de Favais, na freguesia de Arão, mais precisamente na saída para a EN13. Refere que existem, nos passeios, expositores de mercadorias de certas casas comerciais que dificultam o acesso à estrada, tendo já ocorrido alguns acidentes.

Refere ainda outra situação relacionada com o saneamento e solicita se será possível, depois das intempéries cessarem, enviar uma equipa de pessoal de águas e de saneamento para efectuar uma limpeza dos detritos que ficam à superfície e que provocam muito mau cheiro.

Sobe à tribuna **Rui Marrucho** que depois de desejar um bom ano a todos e em resposta ao membro Manuel Lopes diz: “ entrando na questão do meu amigo Lopes, da convocatória, e para explicar a esta Assembleia, queria dizer que foi um acto de carinho, essa convocatória que mandei. Não tive a mesma ousadia de mandar ao senhor presidente e aos outros membros da Câmara, porque acho que não devia, mas aos meus colegas presidentes de junta uma convocatória é uma obrigação, que iam aquele jantar e que tinham muito gosto em estar todos, portanto quero que me interprete isto como um sentido de amizade e de carinho que tive em vez de pôr lá convite, pôr convocatória.” Relativamente ao ofício, também aludido pelo membro Manuel Lopes refere: “ de facto é caricato, não me vou aqui alongar muito sobre o ofício, mas sobre o obs que lá pôs. Queria-vos dizer que de facto entendo que o *simplex* devia existir ao menos para os Presidentes de Junta” E justifica dizendo que a excessiva burocracia atrapalha demasiado o trabalho dos Presidentes da Junta. Com o ofício não pretendia desrespeitar ninguém, apenas quis ironizar um pouco.

Intervém **Salustiano Faria** que reitera a sua posição relativamente ao pagamento das *Scuts* . E afirma “Sou a favor que se ponha um travão à saída das pessoas daqui para o lado sul”. Relativamente à questão dos bombeiros faz um apelo para que não o vejam como Presidente dos Bombeiros mas sim como Salustiano Faria, o político.

Demonstra a sua indignação para o facto de e ainda relativamente às muralhas, quando caiu muralha na Coroadá, ninguém ter ligado, não houve cobertura por parte da televisão nem por parte do Jornal O Valenciano. Diz que a cobertura que agora se fez, fez-se com “maldade”. Diz ainda também não perceber como é que pessoas que “andam na igreja” vêm para o Jornal dizer, com maldade, que o Presidente da Câmara estava para o Brasil, “dando a impressão que o senhor presidente da Câmara se aproveitou de ter a esposa a dar aulas, a ter os filhos na escola e foi passear com uma brasileira”.

Em relação à Dr.^a Lígia, defende dizendo que “ela mostrou independência porque não está presa ao Presidente da Câmara, nem ao PS. Quando a freguesia dela teve problemas, alertou e não foi buscar um problema pessoal dela apesar de que o poderia ter feito pois o carro

dela foi bastante penalizado. No entanto, falou nos interesses da freguesia e não falou nos interesses dela, porque esta é a linha e a forma de estar dentro do PS e na política.”

Segue-se **José Nogueira** que declara: “O Grupo Municipal do Partido Socialista não deixa de regozijar-se com a transparência evidenciada pela informação disponibilizada, ao nível da quantidade e qualidade neste ponto da ordem de trabalhos, que é a apreciação da informação escrita do senhor presidente da Câmara Municipal. Dela cabe destacar e sublinhar a estabilidade financeira da autarquia e os recursos disponíveis, a obra efectuada, a execução, em adjudicação, ou projectada pela Câmara Municipal de Valença. “

Em resposta ao senhor deputado Manuel Lopes diz ainda “ defende o interesse de todos os Valencianos e assim de todos os Ganfeenses, que eu saiba Ganfei não é coutada de ninguém. V. Exa. está aqui por inerência de funções, mas há quem esteja aqui pelo voto popular directo, também dos Ganfeenses. Prezo-me de defender os interesses de todos os Valencianos, sem excepção, sou culpado de dar atenção aos problemas da freguesia de que é presidente? Ainda bem, aceito ser condenado por tão grande culpa! Quanto à campanha, contribuí, julgo eu, o melhor que soube e pude para a maior vitória do PS em eleições neste concelho, recorde-lhe senhor Manuel Lopes que relativamente à Assembleia Municipal o senhor fez o apelo de voto noutra candidatura, candidatura essa que teve menos de metade de votos do PS.”

Usa da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que em resposta à questões levantadas começa por dizer, ao senhor Armando Carvalho, que sobre o PIDAC já deu a sua opinião e como tal não vale a pena perder mais tempo.

Sobre a Escola Superior de Ciências Empresariais, mais uma vez em resposta a Armando Carvalho, refere que não retira nem uma vírgula daquilo que disse há três anos. Chama ainda a atenção para o facto do Ensino Superior vir a ser, nos próximos três meses, a área mais falada pelo Governo.

Sobre a derrocada do muro, diz que não desvaloriza, está a fazer o necessário para resolver o problema mas também não há necessidade de fazer disto um caso nacional.

Relativamente ao TGV diz não concordar com o membro Armando Carvalho quando este diz que não se fala do mesmo em lado nenhum. Refere que o Plano Nacional de Alta Velocidade Portuguesa é mais do que conhecido. Diz que não poderá deixar que se valorize mais a queda de um muro que o comboio de alta velocidade em Valença. Informa que não foi o Presidente que trouxe o comboio de alta velocidade para Valença mas sim a importância da localização deste concelho.

Sobre o saneamento, e em resposta a Manuel Lopes refere que a população não podia continuar assim, algo tinha de ser feito. Informa ainda que quem tem acompanhado a obra é o vereador Joaquim Covas e que numa obra destas a empresa tem responsabilidades, não é por acaso que no final da obra deixa uma garantia para anomalias, o obrigatório por lei - é retido 5% sobre o valor da factura.

No que diz respeito ao PDM diz que o ponto de situação é o seguinte: “temos aprovada a desafecção da REN, em carta; temos aprovada a desafecção da RAN em carta. Estava tudo pronto, contudo, no início deste ano houve mais um elemento, neste caso exigência da Direcção Geral das Florestas para que se reveja os PDM’s no que se refere à reserva florestal, aos perímetros florestais.”

Seguidamente dá as informações solicitadas sobre os processos em contencioso, dizendo que “ processo nº2, creio que se refere ao IGI - aguarda-se a sentença. Sobre a Paviminho, que tem a ver com a Marginal da Senhora da Cabeça - foi feito acordo com a empresa, foi negociada a indemnização, não me recordo o valor mas sei que veio para baixo, o nosso mandatário é o Dr. Manuel Gonçalves e foi abaixo do valor que está estabelecido em lei e foi feito um acordo judicial. Sobre o processo nº22, tem a ver com o bairro social em Cerdal, embora nós não concordemos com isto e nas nossas alegações apresentamos outros valores, incluindo prazos com penalizações. “

Relativamente às questões que o senhor Vilas levantou, nomeadamente sobre a apresentação da informação escrita, refere que, efectivamente, era normal em todas as assembleias do mês de Setembro, se entregar esta documentação. Como tal não aconteceu, era

suposto ser entregue em Dezembro. É uma obrigação da autarquia, dar conhecimento de toda a informação que lhe chega sobre prestações de contas de empresas.

Sobre os Correios informa que a Câmara só intervirá quando os CTT a contactar pois, na venda do imóvel, tem de dar direito de preferência à autarquia.

No que concerne à instalação da Pousada da Juventude, afirma que não mudou de opinião, continua a considerar que não é um investimento correcto. O novo modelo que a Secretaria de Estado da Juventude está a desenvolver, parece-lhe mais adequado para Valença. Considera que o facto de estar escrito Pousada da juventude, com certeza que não vai afectar uma possível candidatura para um Centro de Juventude ou o que se vier a chamar. Diz que o importante é ter rubrica aberta para dar resposta a uma eventual aprovação da candidatura.

Sobre a deslocação ao Brasil, informa a Assembleia que a comitiva esteve em representação da Comunidade Intermunicipal no âmbito do programa *Leader*. Informa ainda que estiveram presentes autarcas do Minho - do Vale do Minho, Vale do Lima e Cavado. O objectivo do novo *Leader* é o desenvolvimento do turismo em espaço rural. Chama ainda a atenção para a importância de algumas freguesias apostarem neste tipo de Turismo, nomeadamente Taião, Sanfins, Boivão, São Julião e mesmo Gondomil, que são freguesias que têm uma apetência interessante para o incremento deste tipo de investimentos. Remata dizendo que será muito importante estar atento ao próximo *Leader* que vem como uma programação totalmente distinta.

Para terminar, e em resposta ao senhor João Amorim Dias, sobre os problemas em Favais, diz esperar que o projecto de reestruturação de saneamento de Arão venha resolver os mesmos.

Intervém o **Presidente da Mesa** que, para complementar o que anteriormente foi proferido pelo Presidente da Câmara, refere: “ sobre a missão institucional que foi ao Brasil e à Argentina, como compreenderão que terei todo o gosto em dar pormenores, uma vez que integrei essa comitiva:

- Comitiva institucional e empresarial, composta por 28 pessoas das autarquias já referidas.

- Participação no Congresso Mundial de Turismo, que decorreu durante três dias na cidade de Portalegre, capital do Rio Grande do sul.

- Recepção pelo Governo de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, e troca de informação no âmbito já referido.

- Buenos Aires, interessante recepção na embaixada de Portugal, com toda uma série de empresários ligados ao turismo e instituições que o senhor embaixador trouxe ali e que permitiu troca importante de informação.

- Reunião de trabalho na Câmara de Comércio Luso-Argentina, em que também se pode assinar ao nível das instituições do Minho, Lima e Cavado, um protocolo com as congéneres Argentinas, que, como o presidente referiu, releva aspectos do turismo rural, a sua tramitação a nível da Europa, cujo modelo se está a tentar transferir para a América Latina, no sentido de, pela via do turismo rural, evitar a desertificação e obter a valorização e o aumento da qualidade de vida dessas populações. E de sublinhar que o responsável máximo da Comissão Europeia para esses assuntos esteve permanentemente a acompanhar, muito interessado, os painéis que no Congresso diziam respeito ao nosso Minho.

Segue-se **Armando Carvalho** que diz que em relação ao TGV, o Presidente está-se a repetir. Diz ainda que há um equívoco quanto ao que realmente quer dizer sobre o TGV. Já na anterior sessão se chegou à conclusão e se concordou plenamente que uma estação do TGV e um *interface* em Valença levaria a um redesenho do tecido urbano de Valença, o que seria bom pois o mesmo está numa situação caótica, nomeadamente a nível do urbanismo, do trânsito e de todas essas particularidades que afectam qualquer núcleo urbano comum. Sobre o facto de ser conhecido ou não, o facto do TGV passar em Valença, confessa que é leitor assíduo de vários jornais nacionais e não só e que não se lembra de ver nenhum artigo de relevância sobre o assunto.

Usa da palavra **Manuel Lopes** que informa que, aquando da queda do muro nas muralhas, apareceu na televisão e disse que era de Valença porque efectivamente era essa a resposta que tinha de dar pois é valenciano.

Em resposta à intervenção de José Nogueira desmente o facto de ter feito apelo ao voto para qualquer partido que fosse. Lembra que se candidatou como independente e que tem na sua lista pessoas de vários quadrantes políticos.

Sobre o saneamento e para encerrar o assunto, pede que haja mais e melhor acompanhamento e fiscalização da obra.

Alberto Vilas intervém novamente para sugerir que provavelmente seria melhor a Câmara evitar a especulação imobiliária, relativamente ao edifício dos CTT. E explica que se a Câmara espera que particulares indiquem valores, depois a Câmara, se estiver interessada terá de os cobrir.

Segue-se **João Amorim Dias** que reitera o que disse sobre o perigo constante para quem sai da rua de Favais para a EN13. Solicita que haja mais fiscalização neste tipo de situações.

Intervém de seguida **José Nogueira** que diz ao senhor Lopes que espera que tenha gravado as sessões da campanha, pois assistiu e ouviu o mesmo a apelar ao voto numa sessão na junta de freguesia de Ganfei.

O **Presidente da Câmara** começa por dizer ao senhor Armando Carvalho que não anda eufórico com a situação do TGV mas sim atento e, como tal, tem visto notícias em jornais de tiragem nacional.

Sobre o edifício dos correios, chama a atenção para o facto do edifício da CGD ter sido adquirido nos mesmos moldes e se ter traduzido numa excelente aquisição.

O **Presidente da Mesa** usa da palavra para dizer: “Estou a olhar para o relógio, são 12h20m e faço a seguinte sugestão: antes de entrar a discutir o ponto seguinte, que é o Orçamento, documento de muito peso e que merece continuidade, antes do intervalo para almoço, se vocês achassem bem, podíamos dar um salto para o ponto 6, “Apreciação e votação dos estatutos da associação “FICAM – Foro Ibérico das Cidades Amuralhadas” e concessão da autorização para que o Município de Valença de associe à mencionada associação. Pedindo-a, obteve autorização do plenário para o efeito.

6º Ponto

Apreciação e votação dos estatutos da associação “FICAM – Foro Ibérico das Cidades Amuralhadas” e concessão da autorização para que o Município de Valença de associe à mencionada associação. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO Nº.I)

Inicia este ponto **Santos Silva** que recorda que fazia parte do Programa Eleitoral do PSD a criação dum “Fórum Ibérico das Vilas Fortificadas”. Afirma que tinham ideia de realizar um Congresso Internacional, aqui em Valença. Seria uma forma de “marcar pontos”, sem ter de ir para uma Associação em Cáceres, que já tem representação na UNESCO para Património Mundial. Podíamos ter puxado “isto” para aqui para Valença, pois Cáceres já tem muito Turismo, ao ser Património da Humanidade.

Segue-se **José Nogueira** que declara : “É de louvar os fins / objectivos elencados – *cf.* art. 3º.

Todavia, o GM do Partido Socialista tem que o n.º 8 desse artigo (e o n.º 2 do art. 5º) deveria(m) ser mais abrangente(s) e de modo a também contemplar o abarcar as regiões africanas e asiáticas com laços à Península Ibérica – o que, entendemos, deverá, logo que possível, ser proposto por este

Município (*cf.* alínea b) ,do n.º 3, do art. 10º) –, desde que, obviamente, preenchidos estejam os requisitos dos n.ºs 1 e 2, do art. 30º.

Em suma: sem prejuízo das considerações atrás tecidas, o FICAM revela-se, desde já, um importantíssimo fórum aglutinador de vontades e querereres, afigurando-se capaz de prosseguir os fins visados, de forma coerente, sustentada e solidária.

O Município de Valença bem andará não só em integrar esta Associação (na qualidade de membro fundador) como em activamente colaborar e intervir em vista do alcançar dos desideratos previstos e propostos.”

Usa da palavra o **Presidente da Câmara** que declara que, naturalmente, concorda com a adesão a este fórum, senão não estaríamos a discutir este ponto. Diz ter algumas reservas, mas que isso é natural. Informa que já fizemos parte da associação de centros históricos onde se discutem questões interessantes. Considera que se “tem de fazer o trabalho de casa” antes de participar nas reuniões, até porque neste momento “não temos nada”. Informa que é vontade desta Câmara avançar com um concurso público para o centro de exposições. Conclui dizendo que é uma aposta arrojada, um projecto muito interessante e que considera que vale a pena assumir este desafio em prol do desenvolvimento do concelho de Valença.

Procedeu-se à votação que, num universo de 36 votantes (ausência de Margarida Rodrigues), foi **aprovado por unanimidade**.

7º Ponto

Apreciação e votação da proposta relativa a Novas Actividades na Piscina Municipal.

NOVAS ACTIVIDADES NA PISCINA MUNICIPAL:- Foi presente a comunicação com a referência PM 53/2006, datada de 21 de Novembro findo, do responsável pela Piscina Municipal, a propor turmas de aulas de Hidro Terapia, Hidro Power e Hidro Along, uma vez que possui técnicos qualificados para o efeito, propondo que, nestas aulas, sejam aplicadas as taxas em vigor para a Hidroginástica. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas turmas de aula e solicitar à Assembleia Municipal que, para referidas aulas, sejam aplicadas as taxas em vigor para as de Hidroginástica (€ 8,23 – oito euros e vinte e três cêntimos).

Inicia **Armando Carvalho** que informa que enviou uma carta ao Executivo, via senhor Presidente da Assembleia, solicitando o plano de actividades da piscina. Considera caricato que se estejam a discutir particularidades de um plano que nem sequer lhe foi remetido. Acrescenta que não é o valor que está em causa, pois não é caro e como tal até vai votar favoravelmente.

Intervém **José Nogueira** que diz : “É sempre de aplaudir a criação de novas valências num espaço municipal.

Espaço esse, alvo recente de obras de manutenção e de renovação em todo o edifício e nas zonas exteriores adjacentes, após dez anos de intensa actividade.

Trata-se, indubitavelmente, do principal equipamento desportivo do concelho, com um enorme afluxo de utilizadores nacionais (de todos os escalões etários, com predominância de alunos do ensino pré-escolar e básico) e estrangeiros (próximo dos 45%).

As novas aulas de Hidro-Terapia, *Power* e *Along*, somando-se ao existente, proporcionarão, por certo, novas adesões e estímulo à prática do desporto e frequência das Piscinas Municipais – com a consequente valorização humana e técnica que tal forçosamente acarretará.

A aplicação proposta das taxas em vigor cobradas para Hidroginástica (€ 8,23) afigura-se como apropriada, atentos os princípios da igualdade, da proporcionalidade e da adequação (para serviços similares taxação de igual montante).

Frise-se que, para além das intervenções ao nível do equipamento e da apontada implementação de novos serviços desportivos (reforçando a diversidade de oferta do equipamento ao dispor da população), a Câmara Municipal introduziu novas metodologias na gestão da piscina,

flexibilizando horários e avançando com um novo projecto pedagógico, com objectivos claros e regras de avaliação precisas em vista de aumentar a sua eficiência.

Torna-se, destrate, óbvio que o GM do Partido Socialista não só não pode deixar de votar favoravelmente a proposta apresentada, como também não pode deixar de louvar o trabalho efectuado em prol da prestação de serviços com maior e de melhor qualidade à população.”

Usa da palavra o **Presidente da Câmara** que informa o senhor Armando Carvalho de que o plano de actividades estará disponível ou no secretariado da Assembleia, ou através do senhor Nuno Felgueiras. Informa ainda que, obviamente, se é uma alteração ao regulamento tem de vir à Assembleia Municipal. Remata dizendo que se o motivo justifica vir ou não vir, isso já não depende de si, é uma obrigação legal, porque existe um regulamento.

Procedeu-se à votação que, num universo de 36 votantes, (ausência de Margarida Rodrigues) foi **aprovado por unanimidade**.

Antes de interromper os trabalhos para almoço, o **Presidente da Mesa** informa que o senhor Presidente da Câmara teve a gentileza de convidar todos para um jantar hoje, às 20h, no Solar do Bacalhau, Rua Direita, dentro das muralhas.

Solicitou ainda aos membros da Mesa, ao Presidente da Câmara, aos líderes dos grupos municipais, ao representante da CDU e ao representante dos presidentes de Junta, para não se ausentarem da sala, para com eles trocar umas impressões.

Os trabalhos foram retomados pelas 14h30m com o

2º Ponto

Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Valença para 2007. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO N.º.II)

Inicia o **Presidente da Câmara** que faz uma apresentação sumária do que lhe parecem ser as características mais importantes destes três instrumentos - do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e das Grandes Opções do Plano. Refere que são, sem dúvida, as características que espelham as apostas para o próximo ano, que reforçam o que será o resto do mandato e que dão uma ideia dos pressupostos que levaram à realização deste orçamento.

Começa por destacar aquilo que é fundamental na elaboração de um orçamento e declara : “é que as receitas correntes tem que necessariamente superar as despesas correntes. Esse equilíbrio, porque é um princípio de enquadramento legal, tem que ser sempre efectuado. Em termos de valor, isto é uma forma alternativa de se verificar isto, não dá muita diferença porque os valores são muito aproximados. Os pressupostos que estiveram por detrás da estimativa quer na parte da receita, quer na parte da despesa, são sempre as receitas arrecadadas em 2006 até 31 de Novembro, sendo que é fácil fazer a projecção para o resto do mês de Dezembro. Também o histórico na arrecadação da receita, tem a ver normalmente com base nos últimos três anos, ter atenção que para o próximo ano poderá haver algumas alterações na elaboração do orçamento, porque como sabem entra em vigor a nova Lei das Finanças Locais e este orçamento já contempla os princípios gerais da nova lei. Foi um risco que se assumiu, apesar de não se saber se ia entrar em vigor ou não.

Naturalmente que as transferências do Orçamento de Estado estão em conformidade com a nova metodologia. Como sabem é criado mais um fundo face aqueles três que existiam, que é chamado o Fundo Social Municipal, que face ao que a lei prevê, já tem um valor fixo, contudo é um instrumento que vai ter alterações em 2007 e em 2008, aquando da transferência de competências da administração central para a administração local, possivelmente no domínio da segurança social e no domínio da saúde. Na educação, poderá também haver novidades, também já durante o ano de 2007. Neste momento, o cálculo e o valor estimado para esse fundo social municipal, está feito com base naquilo que hoje são as competências próprias do município, mas como disse, vai ser alvo com certeza de reforço, porque é esse o princípio,

transferência de competências, mas naturalmente acompanhada de meios financeiros para responder a essas novas competências.

Existem também aqui quatro fontes de financiamento importantes, como disse há pouco para além das transferências de orçamento de estado, temos contratos programa - dois ou três para concluir; temos fundos estruturais e quando falo nisto, é importante ter em atenção o seguinte - não só está no orçamento previsto arrecadar os fundos estruturais, cujas candidaturas já estão aprovadas, alguns dos investimentos já pagos, mas há sempre um desfasamento entre o pedido de pagamento e a concretização desse pagamento, naturalmente que vai transitar de ano e passa a constar deste orçamento para o próximo ano. Ao mesmo tempo, contamos que a partir de Junho ou Julho, arranque uma ou outra medida do quadro de referência estratégico nacional para 2007/2013 no fundo o novo quadro comunitário de apoio. Naturalmente, os empréstimos aprovados, que estão aprovados e não estão utilizados, cujo valor rondará 1 milhão e 800 mil €, como sabem foi aprovado aqui na Assembleia Municipal e não estão ainda utilizados.

Aqui algumas características que para além de um orçamento, marcam a realidade da câmara, nós temos um peso de 23% no total do orçamento com despesas com pessoal. Tenho dito desde o início, este é um problema estrutural que a câmara tem, 23% é um peso muito forte num orçamento, temos isto dividido em pessoal do quadro, perto de 2 milhões e meio de euros de encargos anuais; pessoal contratado 222 mil euros, anuais também, aqui tem um peso importante, os docentes que foram contratados ao abrigo das actividades curriculares, estamos a falar cerca de vinte e tal docentes e foi por aqui que nos estamos a orientar durante o ano de 2006. Foi feito um esforço durante este ano, que permite apresentar valores que são os que consta no orçamento, de controle de algumas variáveis que estão ao dispor do município, tem haver com as horas extraordinárias, nós vamos encerrar 2006 com cerca de 40% a 50% menos de horas extraordinárias desde 2005. Também as ajudas de custo tiveram um decréscimo significativo, vão ter a oportunidade depois de ver em sede de discussão e votação das contas, que ocorrerá no mês de Abril e temos também a Segurança Social com 661 mil euros, vejam também o peso importante que os encargos que a autarquia tem em matéria de Segurança Social no total do orçamento. Só para termos uma ideia, o município gasta por ano em termos de encargos com pessoal, que engloba todos estes encargos, qualquer coisa como na moeda antiga de 800 mil contos. Através da apresentação gráfica pode-se ver o peso importante que a Segurança Social também tem, eu só tive esta noção depois de ver estes mapas feitos, tinha ideia de que tinha um peso importante mas não tão grande, estamos a falar de 18,5%, o que é um peso significativo no total dos encargos com o pessoal, depois de resto, no fundo e é óbvio que o pessoal do quadro é o que tem maior peso, como era de esperar.

Em termos de despesas correntes, alguns exemplos também para termos a noção disto, em termos de aquisição de bens com um peso de 45 no total do orçamento, cerca de 160 mil contos em moeda antiga, ao nível da aquisição de serviços, também temos de ter consciência de algumas coisas que são feitas e que numa leitura muito rápida termos a noção do que é que o município gasta, estamos a falar de 18% de cerca do total do orçamento, são 3 milhões e 240 mil euros; em higiene e limpeza temos 750 mil euros, estamos aqui a falar de recolha do lixo, de depósito no aterro sanitário, que tem um peso significativo, estamos a falar de 150 mil contos por ano; em termos de transportes escolares a autarquia gasta cerca de 60 mil contos por ano; depois outros serviços, que se destaca aqui o saneamento, que é o custo que a autarquia tem perante as águas do Minho & Lima, no pagamento do tratamento das águas residuais, são também 300 mil euros. Temos aqui a programação para o próximo ano de cerca de 300 mil euros, onde estão previstas algumas actividades. Eu destacaria duas que se tudo correr bem e conseguirmos implementar - uma semana de música tradicional de vários países. Grupos que vêm a título gratuito, só temos de pagar estadias e refeições e no fundo durante uma semana há música tradicional de vários países. Estamos a tentar também fazer uma simulação para comemorar os duzentos anos das Invasões Francesas.

Em termos de despesas correntes, continuando este capítulo, as transferências totalizam 156 mil e 500 euros, para as freguesias 130 mil euros. Chamo atenção que isto, é despesa corrente e é para limpeza. Estamos a falar do subsídio que foi atribuído às juntas para subsidiar a limpeza das bermas e das vias, isto não é protocolo para investimentos, estamos a falar de despesas correntes que são 130 mil euros. Os subsídios às colectividades atingem praticamente

400 mil euros, em termos de despesa de capital. Nós temos uma previsão de cerca de 7 milhões e meio de euros, que tem um peso de 42% no total do orçamento. Em termos de transferências também um peso de cerca de 4% e aqui também é importante as amortizações de empréstimos, nós estamos amortizar cerca de 70 mil euros por ano dos empréstimos que a autarquia contraiu junto de entidades bancárias, que tem um peso cerca de 2%, muito perto de 80 mil contos de amortização, tanto que no fundo isto tem encargos, diminui-se em média por ano, cerca de 80 mil contos por ano, diminuição da dívida de longo e médio prazo.

Alguns investimentos que se lhe dá relevância, principalmente pelo valor e não pela carga simbólica que originalmente tenha, a aquisição de terrenos que estão praticamente na fase final para ao acesso à zona industrial, a construção de edifícios, o edifício multiusos já está aqui com um valor de 594 mil euros previstos para estes dois; também centros de dia. Chamo a atenção que as questões do centro de dia, que tem uma rubrica importante no orçamento vai sempre na perspectiva de a autarquia apoiar as IPSS. Neste momento a autarquia não tem competência para construção de raiz, ou de remodelação e pôr um equipamento a funcionar e gerir esse equipamento como centro de dia, terá que aparecer sempre um IPSS como promotor do investimento.

Em recuperação e beneficiação - vamos avançar nos próximos meses do ano com a abertura de concurso de ideias para o convento de Sanfins. Existe um programa base definido, que tem a ver com a recuperação das ruínas, com a adaptação daquele espaço para turismo de natureza, com construção em madeira, para turismo inserido naquele espaço. Vamos ter o cuidado de convidar para o júri um membro do IPAR e eventualmente alguém da Comissão de Coordenação, porque é importante que a solução escolhida respeite as características muito específicas e as condicionantes em termos de ordenamento daquele espaço. Estamos a falar num espaço em montanha, classificado em reserva agrícola nacional e reserva florestal, e como tal é importante que a solução, ou que a melhor ideia apresentada a concurso, tenha condições de vir a ser licenciada, nomeadamente por estas entidades.

Em termos de serviços municipais, a conclusão do estaleiro municipal, que esperemos que até Março ou Abril esteja concluído, o início do processo de readaptação do edifício dos Paços do Concelho com uma verba prevista de 234 mil euros; em termos de escolas, eu queria perder mais tempo sobre isto. Nós temos um ponto, que será dos seguintes, que é a Carta Educativa e é objectivo do executivo durante o ano de 2007, arrancar com algumas intervenções não só aqui na sede do concelho. Estará definido que isto aponta para uma intervenção de fundo na escola de Friestas, em Cerdal e eventualmente em São Pedro da Torre. Quando falo nestas intervenções, estamos a estudar um modelo de gimnodesportivo coberto, para dar apoio às actividades extra curriculares, nomeadamente na componente de educação física. É importante descentralizarmos estes equipamentos, porque não é fácil no modelo em que estamos, estar a leccionar educação física sem ter as condições razoáveis para o fazer. É importante a construção de dois ou três gimnodesportivos cobertos, chamo atenção que não são gimnodesportivos como os que estão aqui na sede do concelho, seria estar a mentir porque não haveria capacidade para o fazer, mas existem e nós já temos uma reunião marcada para ir ver um ou dois modelos mais simples, mas que não deixaram de ter as condições mínimas de cobertura, balneários, com piso e que vão responder muito bem a esta necessidade que está perfeitamente identificada. Naturalmente que em termos de edificações escolares, há aqui o projecto das Antas que está em fase final, está entrar nas especialidades e que para além da reorganização dos reordenamentos, vai nascer uma rua nova ali, tem prevista a construção de dois edifícios, tem previsto e vamos tentar fazer o protocolo, já falei com o Valenciano para que o campo de treinos do Valenciano, de certa forma seja integrado no espaço escolar, sendo que é feito um protocolo com base num princípio que simplesmente é o seguinte: até às 17h30 será para utilização da comunidade escolar e a partir das 17h30, isto diariamente à excepção dos fins-de-semana, será para uso do Valenciano e fazendo então aí a intervenção, que é da colocação de piso sintético nesse espaço.

Depois são obras que vocês já conhecem, a continuação do centro histórico; a EN13 que também já está em obras. Em termos de investimento ao nível das despesas de capital é importante salientar a questão do saneamento, apesar das controvérsias de Ganfei, vamos continuar, não prometo que seja em série, que todos estes projectos que estão aqui e estas intenções se consigam colocar, todas em simultâneo, quer em termos de remodelação da rede

que é o caso de São Pedro da Torre, Arão e eventualmente um ou outro local em Cristêlo-Côvo, mas aqui há um erro e eu chamo atenção para isto. Em termos de projecto está pronto e entregue Cerdal, nomeadamente o lugar de Bogim, está entregue e concluído o de Verdoejo e está em fase final o de Friestas, o caso de Cristêlo-Côvo e de Arão que não está aqui, será alvo do projecto a realizar com base num protocolo que chegou a vir aqui a esta Assembleia, que as Águas do Minho & Lima se comprometeram a realizar esse estudo, porque é mais fácil fazer rede nova do que fazer uma remodelação à existente. E da maneira como estamos a falar de casos muito concretos, com problemas de cotas, achei melhor que este projecto fosse feito de uma perspectiva integrada de quem anda nisto todos os dias. Durante o mês de Janeiro, muito provavelmente será publicado no Diário da República um concurso de ideias para o Jardim Público e ao antigo Campo da feira falta aqui acrescentar uma das funções, que uma delas é a construção de parque de estacionamento subterrâneo a localizar no cimo da Avenida de Cristêlo.

Em termos de investimento e nível de despesas de capital, como viram o acesso à zona industrial na outra rubrica quando estamos a falar de aquisição de terrenos, aqui o investimento concreto. Caminhos agrícolas, estão vários previstos no orçamento. Aquisição de duas viaturas de 18 lugares para transporte escolar, temos aí duas viaturas que já tem alguns anos e vamos substituir para o transporte escolar; e concluir o processo do Vale do Minho Digital, que como sabem também é um investimento significativo em que o município se envolveu, de cerca apesar de estar aqui 115 mil euros, muito deste investimento já foi feito este ano, mas o total do investimento no Vale do Minho Digital, também correndo algum risco de não ter a certeza absoluta do valor, se fixar na ordem dos 500 mil euros. Em termos de despesa de capital, para as colectividades estão previstos 50 mil euros; o campo de treinos do Valenciano aparece aqui como transferência ao nível da despesa de capital, vai assim porque ainda não temos concretizado isso, tanto podemos fazer pela atribuição de um subsídio e o valenciano executar as obras, embora estou mais inclinado para que esse protocolo preveja que seja a câmara a fazer esses investimentos, provavelmente poderá ter mais facilidade de financiamentos e portanto isto poderá ter alguma correcção, que está só pendente daquilo que vier a ser concretizado com o Valenciano; para as freguesias o valor é o mesmo do ano de 2006, cerca de setenta mil contos.

Alguns gráficos para ver a evolução da autarquia, escolheram aqui para arranjar um critério que fosse comparável, utilizou-se aqui o último ano dos últimos três mandatos. Como sabem o último mandato trabalhou em 2005, o anterior em 2001 e em 1997, esta evolução em termos de orçamentos e de execução orçamental. Nós em 1997, o executivo teve uma execução orçamental de 36%, em 2001 58% e em 2005 88%, o que contribui para isto foi fazer orçamentos mais realistas, reparem que em 1997 o orçamento era de 4 milhões de contos e realizou-se 1 milhão e 400 mil, é aquilo que venho a defender desde o início, para quê fazer orçamentos elevados para depois termos esta execução? É importante que cada vez mais caminhamos para os orçamentos realistas, dizer que só temos capacidade de ir até aqui, mais que isto é estar a inventar, vejam em termos gráficos a evolução que a execução orçamental teve nestes finais de mandato, como critério uniforme de análise. Em termos de controlo da dívida, outro aspecto importante. Nós de 1997 e estou agarrar novamente nos últimos mandatos dos últimos três anos, tínhamos uma dívida corrigida e esse aspecto é importante, não sei se tem aí o quadro, não tenho mas se quiserem depois também faculto isso, com os saldos de tesouraria, nós tínhamos em 1997 e 2001 um valor que rondava os 6 milhões e 200 mil euros, estou a falar de dívida total de curto, médio e longo prazo e em 2005 encerramos com 1 milhão e 200 mil, portanto descemos abaixo da fasquia de 1 milhão de contos. E trago isto porque é com base nesta realidade que é possível fazer orçamentos como o que vos está a ser apresentado hoje, em que claramente estamos a caminhar para uma consolidação orçamental sem correr riscos exagerados, com a dupla responsabilidade da nova lei das Finanças Locais vir a contribuir para uma necessidade de controle muito mais apertado das despesas e não comprometendo o futuro, não estando com isto parados. Em termos de realidade do dia-a-dia, 2006 apresenta outro cenário, nós temos um prazo médio de pagamento de 47 dias; entre despesas efectuadas e despesas pagas, isto em termos técnicos é a conta de fornecedores e a conta de devedores em termos de saldos que permite chegar a este cálculo que dá cerca de 47 dias, o que é manifestamente bom para o tempo em que andamos, provavelmente haverá um outro fornecedor

que será 60 dias ou mais, mas também há alguns que vem abaixo disso, mas isto que está aqui não fui eu que me lembrei e mandei para aqui estes números. Vocês vão ter a oportunidade de verificar em Abril, quando forem apresentadas as contas que o prazo médio de pagamento é de 47 dias, isto até 30 de Novembro deste ano, falta o mês de Dezembro.”

Intervém **Armando Carvalho** que diz ter finalmente compreendido porque é que a reunião se realizou na biblioteca pois o “senhor presidente rendeu-se ao *powerpoint*, faz-nos uma exibição de choque tecnológico e aproveitou para lhe dar os parabéns pela excelente aula de orçamentação que nos deu. Poderei dizer que pedi a mão e deram-me o braço, porque o que nós andamos a pedir há muito tempo, é uma demonstração, eu cheguei a falar nisto em termos informais, chamava-lhe na altura uma espécie de memória descritiva das Grandes Opções do Plano, para que nós próprios pudéssemos preparar com base nas considerações próprias do seu autor.”

Considera esta apresentação excelente, só lamenta o facto de não ter sido também entregue junto com a documentação. Felicita ainda a Câmara pelo facto de descentralizar os investimentos ou seja prevendo investir fora da zona urbana, em São Pedro, Friestas e Cerdal. Por outro lado, lamenta que o mesmo não se passe com as freguesias onde está a ocorrer maior desertificação

Continua a sua intervenção dizendo “como não tive acesso a estes dados e não trabalhei ainda em *powerpoint*, a nossa abordagem às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2007 assenta curiosamente também em alguns aspectos que foram aqui focados ao nível das receitas correntes e do capital, e reza da seguinte maneira: o presente orçamento apresenta um aumento face ao do ano passado de 1 690 527 euros; perdeu-se, em transferências, por via da nova nomenclatura ditada pela Lei das Finanças Locais 1 162 403 euros; pretende-se encaixar por via da alienação da nossa participação na Ventominho 1 583 333 euros.

No entanto, apesar de uma quebra de 1 162 403 euros nas transferências, o total de 2007 comparado com o de 2006 apresenta um valor superior graças, principalmente, aos programas de participação comunitária em projectos co-financiados.

Estas são contas feitas por leigos em assuntos económico-financeiros mas que revelam, apesar de tudo, indícios de uma certa engenharia financeira que dá a ideia de que se poderá estar a destapar os pés para tentar cobrir a cabeça, e que tem a melhor expressão nos 475 000 euros que sobrecarregam o orçamento para não sobrecarregar a factura da água no consumidor, fruto da péssima opção pelo sistema Multimunicipal.

Mas se este não paga, por enquanto, na água, paga de outra forma: Os Serviços Culturais, Desportivos e Recreativos, apresentam um corte de quase um milhão de euros.

A Segurança e Acção Social é cortada também no mesmo valor.

O Comércio e Turismo ficam sem 100 000 euros.

Por outro lado a Protecção do Meio Ambiente e Conservação da natureza tem um aumento de cerca de 5 000 000 de euros sem que se perceba muito bem como nem para quê, excepto com os encargos crescentes por causa de outra opção ruinosa – a adjudicação da recolha de lixo.

O Ensino Recorrente – Educação de Adultos desapareceu e não há Carta Educativa que lhe valha.

A Comissão de Protecção de Crianças leva um corte quase para metade.

A prevenção à Toxicodependência um corte significativo.

As transferências entre administrações, que dotam as Juntas de Freguesia dos meios financeiros necessários ao seu funcionamento mínimo, mantêm os valores inalteráveis desde o ano passado, como se não existisse inflação.

Em presença de um quadro orçamental deste teor, que insiste em privilegiar opções sem sustentação futura assegurada, sem uma opção clara e corajosa de atacar a fundo os aspectos estruturas que condicionam o futuro dos valencianos, como a ausência de transportes, a desertificação das aldeias, a indiferença quanto à agricultura familiar, o arredamento cada vez maior dos serviços públicos e a falta de expectativas para os jovens, a CDU Valença não está disponível para apoiar o presente Orçamento.”

Segue-se **Manuel Lopes** que refere apenas que o senhor Rui Marrucho, na qualidade de representante dos Presidentes de Junta, os devia defender no que diz respeito às transferências para as freguesias, uma vez que o valor é rigorosamente igual ao do ano passado.

Intervém **Inês Ferreira** que declara: “Apesar da demonstração efectuada pelo senhor Presidente da Câmara, utilizando as novas tecnologias da informação, eu não vou retirar nada daquilo que eu tinha previsto dizer, porque continuo a achar que tenho razão.

Permitam-me que faça referência de quando há um ano atrás se discutiu neste órgão as Grandes Opções do Plano para 2006, e transcrevo: na acta nº3, de 29 de Abril de 2002, aquando da apresentação do primeiro orçamento liderado por V. Exa., senhor presidente da Câmara, lamentávamos a ausência nos documentos apresentados de uma cabal explicitação das linhas orientadoras e justificativas dos montantes orçamentados, não se descortinavam prioridades que justificassem uns ou outros investimentos propostos. A resposta que obtive, e passamos a transcrever dessa acta: relativamente à questão dos documentos serem acompanhados no relatório no próximo ano económico, prevê elaborar e apresentar esse documento, estando perfeitamente de acordo com quem levantou essa questão, página 17 da referida acta. Hoje, é 29 de Dezembro de 2006 e o senhor Presidente da Câmara, à cabeça, mostra-nos, utilizando as novas tecnologias de informação, as razões técnicas do orçamento apresentado. Sugeria o seguinte: primeiro, isto poderia ter sido entregue a cada um de nós em formato de fotocópia, por exemplo, a acompanhar este orçamento, ou utilizando as tecnologias da informação, enviar-nos por *e-mail* tal como já fizeram em tempos com a Agenda Cultural. Eu recebi em minha casa a Agenda Cultural no meu *e-mail*, então, que mal receber este *powerpoint*? No entanto, esta demonstração feita aqui, não nos mostra aquilo que nós consideramos importante que se nos diga, e portanto eu vou continuar com aquilo que nós preparámos em casa, fruto daquilo que nos foi entregue, faz hoje oito dias, pois nós não tínhamos esta explicação.

Reafirmamos que um orçamento, do nosso ponto de vista, deverá espelhar naturalmente as opções políticas de quem lidera a gestão camarária, a nós deram-nos razões técnicas para estas verbas, são os fundos, são as receitas arrecadadas, é uma data de questões técnicas e não estão aqui as opções políticas. Deve responder a critérios, a prioridades, deve responder a objectivos claros e inequívocos em termos de estratégia de desenvolvimento para o município. Já sei, e vai-me dizer de novo que não gosta da palavra estratégia, provavelmente também não gosta do vocábulo critério e se calhar muito menos de objectivo. Mas, até nas nossas vidas nós precisamos de objectivos, precisamos de definir critérios, precisamos de definir estratégias. É nosso entendimento que sem critérios, sem objectivos, sem estratégia, vamos assistir a uma gestão condenada ao fracasso em termos de repercussão do desenvolvimento do município. Nós não podemos estar a tomar decisões hoje, para amanhã ou daqui a dois anos, é para daqui a 10 ou daqui a 20 anos. As gerações futuras vão exigir-nos essa responsabilidade.

Voltamos a ter este ano mais do mesmo. Aquilo que recebemos em casa, uma resma de fotocópias que uns poderão ter mais facilidade de analisar que outros. Fornecem-nos um conjunto de mapas com montantes previstos para as várias rubricas. Também acrescentaram mais uns gráficos onde é muito mais perceptível o peso de cada uma das rubricas. Mas, de facto, com esta listagem toda, às vezes difícil de analisar, não nos esclarecem de quais são as prioridades políticas que sustentam as verbas agora apresentadas. Percebemos agora, por exemplo, que o Centro de Dia está aí, vai ser apoios que a Câmara vai dar às iniciativas dos IPSS. Tinha essa pergunta - esses 100 mil euros são para quê? Agora já percebemos, mas foi-nos dito agora, simplesmente. Relativamente ao convento de Sanfins, é a mesma questão: 100 mil euros para quê? Para um projecto de recuperação do convento? É muito, é pouco, que se vai lá fazer? Não sabemos. Vai-se beneficiar o mercado municipal?, são 20 mil euros! O que é que se vai fazer no mercado municipal? Quem diz estas rubricas, diz muitas outras que se poderia elencar, mas não há tempo nem parece oportuno.”

Continua a sua intervenção perguntando, mais uma vez: “Onde é que está a nota explicativa? Não nos foi entregue ainda. Onde estão as vossas razões? Serão as vossas promessas eleitorais que sustentam as vossas opções? É o rumo definido pela vossa liderança que originou a hierarquização das vossas prioridades? E então afinal qual é o vosso rumo? Sabemos, por experiência, que estes números podem não corresponder, nas actividades mais

significativas, aos valores reais finais, uma vez que são de todos conhecidas as excessivas alterações orçamentais que se vão introduzindo ao longo do ano. E quando o senhor presidente da Câmara nos mostra o grau de execução, à medida que os anos vão passando, a ser cada vez maior, eu pergunto como é que é calculado esse grau de execução. É em função do orçamento aprovado em sede de Câmara e em sede da Assembleia, ou é um grau de execução calculado depois das respectivas execuções que são introduzidos ao longo do ano?”

Afirma que “estamos a discutir uma carta de intenções expressa friamente com números.” Sublinha ainda o facto de só se ter tido oito dias para analisar a documentação.

Prosegue dizendo: “Anotámos e registámos o sinal de abertura relativamente a algumas das nossas propostas. Mas, entretanto, queríamos ainda apresentar uma reflexão que para nós é extremamente cara, que é a questão da educação. E faço, não porque sou professora e neste caso sou professora do ensino secundário, portanto a escola secundária de Valença ainda não depende da Câmara Municipal; em termos de verbas depende exclusivamente do Governo central. Em termos de Plano Plurianual de Investimentos, lamentamos profundamente a verba consagrada para a educação 565,350€ representam 4% do total orçamentado, dos quais unicamente 1% não está definido. Comparemos simplesmente com a rubrica de transportes e comunicações, são 3 milhões 538 mil e 740 euros, 26% do orçamento, dos quais 62% já está definid. De facto, as nossas opções não são exactamente estas mesmas. A totalidade do parque escolar de Valença, está em tão boas condições que só se vai investir 4% do total do investimento previsto? Eu só vejo lá Arão, agora falou em São Pedro e Friestas, mas eu lá só vejo Arão. O edifício pré-escolar de Valença que apareceu aqui no *powerpoint*, cabe-lhe em 2007 1/3 do montante previsto, do qual só está definido 10%, a fatia mais significativa fica para 2008.”

De seguida intervém **Alberto Vilas** que diz “vimos hoje aqui um novo instrumento, uma nova forma de apresentação, vimos muitos números, mas eu tenho outra perspectiva de ver estes números. Relativamente ao orçamento, a minha intervenção é muito pontual. Gostaria apenas de ter resposta a algumas questões que vou colocar: Na receita aparece nos impostos e taxas, loteamento e obras, 400 mil euros - não será pouco? Sabendo o valor em que as taxas estão, noto uma consciência de que não quer construção em Valença? No entanto, sabe bem receber 1 milhão e 715 mil euros de impostos sobre imóveis! Se no passado não tivesse havido construção, hoje não haveria esta receita, portanto gostaria de uma reflexão sobre isto. Relativamente às despesas, apresenta uma rubrica de representação dos órgãos autárquicos de 40 mil euros. Senhor presidente, muito honestamente, não estou a ver que cada um dos vereadores eleitos pelo PS, gaste a quantia de 800€ por mês, repito a cada um e por mês, em despesas de representação; é capaz de haver aí um lapso ou estarei eu a interpretar mal este valor? Depois aparece aquisição de serviços, depois de indicar várias verbas com esta rubrica que perfaz 1 milhão e 955 mil euros. Aparece uma outra designada por, outros serviços, no valor de 1 milhão e 253 mil euros, mais 63% do que atrás identificadas, quais são estes serviços que não estão identificados? V. Exa. não sabe a quem é que vai pagar esta enormidade de dinheiro? Ou sabe e não quer ou não pode dizer? Será que vamos ter mais um contrato de adjudicação directa a um técnico de reconhecido nome? Não sei se é a primeira vez, mas este orçamento apresenta um valor superior na despesa corrente, do que na despesa de capital e julgo que esta questão não é menor. Relativamente ao GOP, aquisição de serviços já informou que era para duas viaturas; a segunda verba para as Piscinas Municipais, obras de conservação 100 mil euros, não está em causa o valor, só fazia uma chamada de atenção que às obras que já se fizeram, se já repararam como está o tecto falso que foi colocado nos balneários. Convento de Sanfins, há um valor identificado de 100 mil euros para o projecto, e para a obra 160 mil euros, embora só haja mil euros como orçamento definido, ou seja, em 2007 não vai haver obra como é evidente, para quê esta verba? Será muito bom se o projecto ficar pronto. Animação e promoção cultural 300 mil euros, já foi dada a informação; pavilhões gimnodesportivos de Friestas e Cerdal, 400 mil euros, qual a participação das associações e colectividades locais sobre esta obra? Não se vai verificar uma desigualdade de tratamento entre as colectividades e freguesias? Nomeadamente em relação ao outro polidesportivo que foi construído. Depois o cartão municipal do idoso, o que se pretende com esta iniciativa de apoio à população mais

idosa? Com 2 mil euros de financiamento definido? Coitados dos velhinhos! Centro de Congressos, foi feita a apresentação da maqueta desta obra, julgo que na ExpoMinho 2005, projecto elaborado pelo GAT dentro do programa trabalhos a realizar anualmente a esta câmara, concretizado por uma excelente arquitecta daquele organismo. No entanto, verificamos a inclusão de uma verba de 40 mil euros para projecto, sabendo que o GAT não cobra dinheiro pelos serviços realizados, este valor só pode ser para especialidades, iluminação, acústica, águas, enfim todos aqueles projectos de especialidade que fazem falta e que já de manhã referiu, e para isto tudo são só 40 mil euros? Não será pouco senhor presidente? Eu acho que sim, uma vez que não há projecto concluído sem especialidades, não pode haver obra em 2007, não há tempo, mas o senhor colocou uma verba para execução física da obra de 275 mil euros, quantos anos são necessários para terminar a obra? A verba está esticada até 2009, fazendo um valor total de 1 milhão e 755 mil euros, mas o custo estimado pelo projectista da obra, é de 2 milhões 992 mil 782 mil euros em valores de 2005, como é a letra não condiz com a careta, quando é que esta obra será rentável? Agradeço uma explicação. Depois aparece também uma verba de jardins, o jardim público e o ex-campo da feira, embora para este ano não seja significativo o investimento, mas está projectado 5 milhões e 255 mil euros; isto suponho que já haverá alguma ideia para recuperação daquele espaço, gostaria de saber o que está subjacente a esse valor! Em suma, senhor presidente e colegas da Assembleia, realçando o investimento do saneamento básico das várias freguesias, Valença a Património da Humanidade, Plano Municipal de Intervenção à Toxicodependência e requalificação do centro histórico, parece-me ser o orçamento da ilusão e da concretização para depois, vai-se lá saber porquê?! Onde está a nova habitação social? Não existe. Onde está a aposta na educação? 577 mil euros dos quais 50% é para transportes escolares; cartão municipal do idoso, com 2 mil euros de financiamento; centro de dia com 25 mil euros de financiamento; utilizando as palavras ditas anteriormente pelo nosso colega Dr. José Nogueira, o concelho que não olha para os mais necessitados, não é um concelho justo. Por último e à parte, gostaria de referir que nas Grandes Opções do Plano, na página 6/9, na rubrica Marginal da Senhora da Cabeça, aparece um valor realizado em termos de obra de 64 milhões 564 mil e 973 euros; deve haver aqui um lapso Só que este valor também vai influenciar o total do realizado, portanto convinha fazer essa rectificação.”

Segue-se **José Nogueira** que declara que ouviu atentamente os Ilustres oradores que o antecederam e prossegue: “Por formação (ou deformação) jurídica apeteceu-me usar um chavão próprio dessa prática adjectiva: “dou aqui por integrado e reproduzido...”, *mutatis mutandis*, o que, a propósito das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do ano transacto, então, tive oportunidade de aduzir.

Na verdade, após a apresentação e explanação prévias com que o Exmo. Snr. Presidente da Câmara Municipal nos brindou (e em *power point*), pouco restará para acrescentar.

Não obstante, perdoarão V/Excias. que, ainda assim, saliente alguns pontos que o Grupo Municipal do Partido Socialista tem como os mais relevantes.

É óbvio que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento identificam e identificam-se com um projecto político maioritariamente sufragado – *in casu*, o do Partido Socialista.

Projecto político esse assente e estribado em elementos estruturantes fundamentais para um futuro de progresso e bem estar para Valença e os valencianos.

Permitimo-nos destacar as claras e inequívocas apostas na Educação e nas Políticas Sociais.

De nada serve criar e preservar o património sem colocar as PESSOAS em primeiro lugar.

É este vector humanista que, para nós, mais ressalta e trespassa das Grandes Opções do Plano e do Orçamento ora em discussão.

Ainda a consolidação orçamental. A aposta real em investimentos necessários e há muito diagnosticados para o concelho.

As apontadas características programáticas conjugadas com os instrumentos, da responsabilidade da Administração Central, previstos para Valença, contribuirão para melhor afirmar o nosso município, pelo menos, no contexto regional.

Isto posto, a fundada convicção que Orçamento e o Plano traduzem uma adequada previsão de gestão dos recursos financeiros disponíveis e realizáveis, na ponderada e correcta valorização do que é essencial e estruturante.

Mantém-se o rumo para bom porto.

Daí que o Grupo Municipal do Partido Socialista, com redobrado entusiasmo e optimismo, vote a favor.

Ia terminar aqui a minha intervenção, mas não vou. Em relação ao senhor Armando Carvalho, não vejo onde é que ele vê qualquer verba da Ventominho no orçamento; não está. Depois, julgo ter dado à senhora Dr.^a Inês a óptica política.

Permitam-me, quando se diz que a Câmara Municipal não forneceu documentação - e o senhor Carvalho ainda há pouco nos disse que ia a câmara municipal procurar documentos - eu também tive a preocupação de lá ir procurar notas de imprensa, em que uma diz o seguinte:

“O Executivo Municipal de Valença aprovou, hoje 27 de Novembro, propor à Assembleia Municipal o Plano Plurianual de Investimento para 2007 no valor de 17.642.660 euros. Um Plano que será a linha de estratégia de investimento municipal para o próximo ano.

Para o Presidente, Dr. José Luís Serra, este é um orçamento realista que pretende dar resposta aos mais prementes investimentos da acção municipal. Este P.P.I. continua a apostar no rigor e no equilíbrio financeiro das contas públicas municipais. O plano para 2007 apresenta um aumento de 1 milhão de euros relativamente ao anterior, precisamente em investimento de capital, um sinal que marca um esforço claro de modernização.

De entre os vários investimentos programas para 2007 destaca-se a continuação da Requalificação do Centro Histórico que absorve uma verba significativa na ordem dos 2.500.000 euros. A criação de um parque de estacionamento no fosso da muralha no local do “Campo de Ténis” apresenta-se, também, como uma obra importante para apoio à Fortaleza.

No centro urbano merece referência a requalificação da avenida de Espanha com uma verba cabimentada de 1.110.000 euros, no âmbito da requalificação das avenidas centrais.

Na área das infra-estruturas destaca-se a execução dos novos acessos ao Parque Empresarial bem como a variante urbana de Valença.

Na área dos equipamentos o destaque vai para construção do Parque de Exposições e Congressos que aparece contemplado com uma verba de 275.000 euros. O edifício vai nascer entre o campo da feira e o viaduto da auto-estrada e pretende dar resposta à necessidade de um espaço próprio para a organização de congressos, feiras temáticas e desportos “in-door”. Nesta área surge, ainda, a requalificação completa do edifício dos Paços do Concelho.

Na área do saneamento básico inscreve-se a conclusão das empreitadas, em curso, em Ganfei e o avanço já dos projectos para Verdoejo, Friestas e Cerdal.

No campo social a principal preocupação é com os idosos. Premente é o avanço da rede de Centros de dia com um na vila e mais dois no resto do concelho. A criação do “Cartão do idoso” e de um serviço de apoio móvel merecerão, em 2007, a atenção da autarquia.

No turismo a aposta é no avanço do projecto de revitalização da Quinta de Sanfins com a criação de um pólo de atracção turística virado para a interpretação da natureza e das culturas tradicionais. O projecto será candidatado ao próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Na área da educação a prioridade vai para a implementação da Carta Educativa que prevê um conjunto de investimentos de que se destaca a criação de dois polidesportivos cobertos, um a norte e outro a sul do concelho, num investimento de 400.000 euros e a construção do novo edifício para o pré-escolar de Valença e de um espaço desportivo neste centro escolar, com verbas na ordem dos 250.000 euros.

Para o Presidente, Dr. José Luís Serra com este orçamento a Câmara de Valença enfrenta, com tranquilidade, os desafios que a nova Lei das Finanças Locais vai impor às autarquias. Isto só é possível graças a um rigor e responsabilidade na gestão municipal nos últimos anos e que colocam o concelho de Valença numa situação privilegiada no contexto da dificuldade nacional para as autarquias.” Acabei de citar um comunicado do gabinete de imprensa da Câmara Municipal, a todos nós aceite, não estou a brincar. Somatório de fundamentos e de razões que obviamente levam o Grupo Municipal do PS a votar favoravelmente este orçamento e Plano.”

Prossegue a sessão com a intervenção do **Presidente da Câmara** que afirma não querer dar aqui aula nenhuma pois um orçamento tem de ser lido como um instrumento orientador.

Refere que já não é a primeira vez que diz que fazem mal a análise quando se agarram às cabimentações. O que é importante no orçamento é ter as intervenções, sejam elas do campo

material, ou do campo imaterial, com intenção política de execução, com maior ou menor ritmo, com maior ou menor cabimentação.

Informa que há dois mecanismos previstos na lei, as alterações orçamentais que são da competência do presidente da câmara e as revisões orçamentais. Não é por acaso que as alterações orçamentais são da competência do Presidente da Câmara, porque permite dentro das mesmas rubricas reafectar valores, porque isto não é um instrumento fixo, isto é um documento orientador.

Considera que é importante que, quando se está a discutir o orçamento, não se agarre a coisas que não tem a importância que lhe querem dar, porque não tem mesmo, não é assim que se lê um orçamento.

Relativamente à intervenção de Armando Carvalho sobre a descentralização para outras freguesias, refere que a escolha da localização dos pavilhões gimnodesportivos não foi feita ao acaso, pois existe uma Carta Educativa que espera que venha a ser aprovada hoje.

Refere ainda o facto de que a Câmara de Valença, para 2007 não perde 1 milhão e 200 mil euros, não perde nem 1 cêntimo face às transferências de Estado, vai receber exactamente a mesma coisa que em 2006. Na nova lei das Finanças Locais, inicialmente, Valença previa perder 2,4%, mas, entretanto, e como versão final, Valença não perde nada, mantém-se exactamente o mesmo valor.

Em resposta a Manuel Lopes diz que as transferências para as freguesias serão as mesmas, pois o Governo também transfere para as câmaras o mesmo valor do ano transacto, também não há alteração. Chama a atenção para o facto de que o que é importante é investir na freguesia, seja a junta a investir ou seja a Câmara. O que é importante é que se façam as coisas que fazem falta na freguesia.

Prossegue respondendo à Dr.^a Inês Ferreira e ao senhor Vilas, e diz “ eu não chamaria a isto nem sequer novas tecnologias, isto já é tão banal. Acho que é um bom instrumento, para se ter a noção de algumas coisas, que olhando para esse papel todo não se tem. É tão importante falar das motivações políticas que levaram à realização do orçamento, como é importante falar do seu conteúdo. Cada um põe a importância que quiser, eu não sei qual é que é a mais importante. Neste momento, tenho a certeza de uma coisa, não é ilusão!” Prossegue interpelando directamente o senhor Vilas “ e aquele orçamento de quando o senhor fazia parte do executivo, de 4 milhões de contos e executaram 38%? Como é que chamaria a esse orçamento? Desculpe se o senhor chama a isto ilusão, a um orçamento que só executa 38% que será isso? Mas isso depois se verá com a execução de 2007.”

Continua, explicando as linhas orientadoras e perguntando se não concordam com as opções – obras na fortaleza; melhoria do espaço urbano no exterior da fortaleza entre outras. Diz não compreender como podem afirmar que não há aposta na educação, depois de ter afirmado que só num complexo escolar vai-se gastar cerca de 1 milhão e meio de euros.

Reitera que não se podem “agarrar” ao orçamento e à verba que lá está cabimentada. E explica que há investimentos previstos, projectos que estão concluídos, programas de concurso e com mapa de medições, projectos que estão em execução, uns mais avançados do que outros e que neste momento se pode apontar um valor com alguma, mas não total segurança. Por outro lado, há também projectos que estão numa fase em que ainda não dá para falar em valor.

Continua dizendo “nós não podemos esquecer e já nos tem acontecido várias vezes - projecto pronto, programa de concurso, caderno de encargos publicado, abertura de concurso, análise das propostas, reclamações e um processo destes pode deslizar, seis, oito ou dez meses - basta haver uma reclamação de um concurso que é o suficiente para isto. Em média, a partir do momento em que vai para o Diário da República, nós não conseguimos consignar uma obra e já estou a falar com alguma folga, em menos de quatro ou cinco meses.”

Sobre a questão da estratégia, diz que já tem visto muitos planos estratégicos em que depois o resultado é zero. Diz que o que é importante é definir as acções que o município leva a cabo.

Chama ainda a atenção para um dado importante: “ o Ministério da Saúde divulgou muito recentemente os dados sobre o Distrito de Viana do Castelo, sobre a projecção da população até 2016. Só Viana, Ponte de Lima e Valença é que vão ter, previsivelmente, um aumento importante de população. Quando um concelho aumenta a população, é porque provavelmente esse concelho tem algum interesse para as pessoas.”

Voltando ao orçamento, coloca novamente a pergunta se se concorda ou não com as opções políticas. Se se concorda com o saneamento, com o investimento no Parque Escolar, com um centro de exposições e congressos. Relativamente ao Desporto, pergunta se o concelho não “ganhará” com estes novos equipamentos.

Afirma que até se pode desvalorizar a verba que está prevista, dizer que é só para projecto, mas por algum lado se tem de começar.

Esclarece ainda que, “quando se fala na rubrica outros, outro dado técnico, é importante ver que a rubrica outros do orçamento tem a respectiva correspondência no Plano Plurianual de Investimentos onde estão discriminados, não exaustivamente, mas as principais agregados que consomem este valor.”

Sobre Cartão Municipal de Idoso informa que “tem a verba aberta, porque se tem de fazer o regulamento, tem de se fazer um diagnóstico junto da rede social. Só com base no diagnóstico que for feito é que se poderão pôr em prática medidas activas no campo social. Sem saber aproximadamente o valor que se justifica investir, nada melhor do que abrir a rubrica e é esse o objectivo disto.”

Relativamente à recuperação do antigo campo da feira e remodelação do jardim municipal informa que o valor expressivo apresentado se justifica por estar previsto um parque de estacionamento subterrâneo.

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** que refere que tem sido bastante generoso com os tempos por se tratar de um assunto importante. No entanto, solicita maior brevidade a partir de agora para que o jantar não se converta num “chocolate com churros, de madrugada.”

Lembra ainda que o senhor Vilas referiu uma verba de 64 milhões de euros na página 6/9 e se o senhor presidente da câmara anunciar que se trata de uma gralha, na altura da votação, votaremos este documento com o compromisso de que a página 6/9 e 7/9 sejam alteradas.

Prossegue **Armando Carvalho** que declara que “O Dr. Serra hoje está decididamente numa de prof e, desde a minha parte, agradeço imenso porque sou suficientemente humilde para recolher ensinamentos de qualquer enquadramento. Depois, como oriento politicamente é um assunto meu. Estou pronto a reconhecer-lhe quês e se calhar de falharmos nessas contas que apontam para uma quebra nas receitas correntes e nas receitas de capital ao nível das transferências do orçamento de Estado, talvez haja aqui uma diferença de conceitos que eu na altura detectei ali sentado e agora vamos lá ver se consigo explicar. Talvez a diferença esteja no conceito, nós estamos a falar em termos aritméticos e o senhor presidente provavelmente noutra conceito mais próprio de quem faz vida de economista. Quanto aos investimentos nas freguesias que referiu, não é de maneira nenhuma, nem de longe nem de perto que não consideremos que as freguesias a norte a sul referidas, Friestas, Cerdal e São Pedro, até pela sua projecção não mereçam os investimentos previstos, o que nós dizemos é que saudamos o que parece ser o princípio de uma expressão de investimentos de descentralização, o que indica que talvez comece a correr a mentalidade de que Valença é o centro e o resto é paisagem, gostávamos de ver investimentos iguais o mais rapidamente possível nas aldeias desertificadas e em riscos de desertificação. Há bocado esqueci-me da bela aldeia de Taião. Porque eu uma vez tive uma acção de formação com um “guru” dos recursos humanos quando trabalhava por conta de outrem, o homem era consultor de multinacionais americanas e ele esforçou-se por nos inculcar a noção de que é importante e do que é urgente. Aqui há uma dualidade de critérios, as freguesias eleitas, é urgente o investimento lá ou é importante? As freguesias que não são eleitas, há importância ou há urgência em lá chegar depressa? O próprio senhor presidente chega à mesma conclusão quando fala da urbanização aqui no centro, será que é importante promovermos mais urbanização? Será que é urgente? Mas gostava também de me referir em relação à tal projecção que falou, que aponta Viana do castelo, Ponte de Lima e Valença, do ponto de vista de Valença eu acho que não admira ninguém, Valença é, à vista, uma terra de oportunidades, a sua posição geoestratégica é uma terra de oportunidades e é muito natural que se faça projecções de fora, para um grande incremento na qualidade de vida em Valença, que levaria ao seu aumento de população. No entanto, o que nós reprovamos neste orçamento, é que não vemos nada de sustentável que legitime essa expectativa para daqui a dez ou quinze anos. Há bocado a Dr.^a Inês, achei muita graça porque parecia que estava a falar pela minha

boca quando dizia que o quer são perspectivas para dez e vinte anos. Dr.^a Inês estava no Governo há dez e vinte anos, o PSD está no governo há trinta anos em alternância com o PS e isso são palavras muito bonitas, mas é como diz o Frei Tomás, «olha para o que ele diz e não olhes para o que ele faz», se isso fosse assim como a senhora diz, nós a estas horas não estávamos a discutir nem metade dos problemas e eu também sei que agora a conjuntura é diferente e os apoios europeus propiciam-se a um certo tipo de actividades, mas também é preciso um bocado de comedimento em coisas dessa natureza.”

Segue-se **Manuel Lopes** que refere que o que vai proferir é importante e urgente. Diz ter a esperança de que num futuro muito próximo, na elaboração do próximo Plano e Orçamento, os Presidentes de Junta, representados ou não pelo seu representante, tenham uma palavra a dizer ou sejam convidados a pelo menos ter uma palavra a dizer, para puxarem também um pouco a” brasa à sua sardinha”.

Acrescenta não ter nada contra o representante dos Presidentes de Junta eleito, senhor Rui Marrucho, mas defende que o mesmo deveria fazer um pouco de oposição pois se assim continuar, se for sempre a mesma verba transferida, as freguesias vão ficando cada vez mais pobres e como dizia um célebre escritor «empobrecem alegremente».

Intervém **Inês Ferreira** que declara “O senhor Presidente da Câmara não negou o peso relativo que a educação tem e que nós apresentamos. E, a propósito, só queria dizer duas coisas que há pouco não tive tempo. Espero que, para o ano, os pais não tenham necessidade de comprar tinteiros para as impressoras, papel, detergentes e o simples papel higiénico. Entretanto, pela explanação que fez deu razão àquilo que eu estava a dizer, ou seja, que é necessária uma explicação prévia desses montantes.”

Prosegue a sua intervenção interpelando o membro José Nogueira “lamento imenso que considere que uma nota de imprensa elaborada pelo Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Valença seja o veículo que o senhor Presidente da Câmara vai passar a utilizar para comunicar com os membros deste órgão, que o Dr. Jorge Gama tanto tem dignificado. Não considero que isso seja um documento explicativo do orçamento de 2007 ou de qualquer outro. Outra questão, estamos a discutir verbas, estamos a discutir o orçamento de 2007, não estamos a discutir o final do mandato em 2009, estamos a discutir verbas cabimentadas. Não temos nota explicativa, temos verbas, então temos de discutir verbas.”

Em resposta à intervenção do senhor Armando Carvalho declara : “eu nunca fui Governo, não tenho perfil nem competência para tal, sou simplesmente uma professora do ensino secundário que sempre se preocupou com as questões do desenvolvimento. É uma área da economia social que gosto muito e que me prezo muito em actualizar. Portanto, eu considero e que as coisas não podem ser decisivas em termos de desenvolvimento a curto prazo e portanto reafirmo aquilo que disse há bocado, apesar de quem esteve em Lisboa a governar durante estes anos todos.”

Sobe à tribuna **Alberto Vilas** que refere: “Senhor presidente, naturalmente tem de compreender a nossa posição, nós somos a oposição e o senhor é o governo do município. Nem sempre temos a mesma perspectiva e não conseguimos analisar os valores, ou os números da mesma maneira. Eu gostaria de dizer que para mim não é o mesmo saber que o centro de congressos vai custar 1 milhão e 700 mil euros, ou 5 milhões de euros. Julgamos que todos ficamos mais elucidados por esta questão ter sido levantada, como julgo que também ficamos todos mais elucidados por saber que dos 2 milhões e quinhentos e tal mil euros que estão projectados para jardins e campo da feira, afinal até contempla um parque de estacionamento subterrâneo. Eu não sabia, provavelmente o erro é meu, mas sou capaz de desconfiar que toda esta gente que faz parte da Assembleia Municipal soubesse. Portanto, a pergunta parece-me que era pertinente.

Relativamente à ilusão, o próprio senhor presidente o disse, há muitas verbas que estão identificadas como obra que são pura ilusão, porque ainda não há projecto. Fazer projecto e depois de ter o projecto ainda leva quatro ou cinco meses para executar a obra, portanto este ano não há obra, portanto se está lá no orçamento é uma ilusão. Já agora, um achega que não tem a ver com isto, pegando nas palavras do senhor Lopes e recordava que no tempo em que eu fui vereador

tínhamos maioria na Assembleia Municipal, tínhamos maioria nos presidentes de junta e o representante era um elemento da oposição.”

Usa da palavra **José Nogueira** que diz: “Julgo que me estão a atribuir uma importância que eu, manifestamente, não tenho. De qualquer maneira parece-me, senhora Dr.^a Inês Ferreira, com todo o respeito que me merece, a imprensa não só é um meio que a câmara tem para comunicar connosco porque nós antes de sermos deputados municipais somos munícipes.”.

Continua a sessão com nova intervenção do **Presidente da Câmara** que começa por dizer a Armando Carvalho que não é verdade que a Câmara irá perder transferências de Estado.

Sobre a expressão “empobrecer alegremente” empregue por Manuel Lopes refere que o que se transfere é o que é possível transferir. A Câmara continua a investir nas freguesias e neste momento não há nenhuma que possa dizer que a Câmara não fez lá nada.

Diz que todas as perguntas até agora colocadas fazem sentido até porque são determinantes para esclarecer as pessoas. Esclarece ainda que até para abrir um concurso para projecto, essa obra tem de estar prevista no orçamento, porque o projecto também custa dinheiro. Há intervenções que estão mais adiantadas que outras ou a nível de projecto ou na nível de execução e outras que estão no princípio. Recorda: campo da feira - está para concurso de ideias, parques de estacionamento e o jardim municipal, Sanfins vai para concurso de ideias, são exemplos que no momento estão zero. Há outros que estão com o projecto de arquitectura terminado e estão na fase dos projectos de especialidade. Agora, neste momento, tem perfeitamente claro aquilo que se pretende fazer. No entanto, há uma série de factores que vão determinar esse momento e que alguns deles não dependem do concurso correr ou não correr bem, a consignação ser feita dentro do prazo do que está previsto, etc.

Conclui dizendo que foi acusado de no primeiro mandato e no primeiro ano do segundo mandato não fazer nada. Diz que aqui está a prova, pois até para a obra da biblioteca, primeiro tiveram de acabar o projecto e comprar o terreno, porque sem projecto não há obra.

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** para clarificar que não ocorreu apenas no mandato em que o senhor Vilas foi vereador a circunstância de o representante dos presidentes de Junta ser da oposição. Tal situação verificou-se também no mandato em que, através do Dr. Fernando Barbosa, o PS tinha maioria absoluta na Câmara, sendo que o representante dos presidentes de Junta era da oposição.

Em resposta **Alberto Vilas** refere que “só falei nessa questão, porque quando o senhor Lopes referiu que até seria importante que os senhores presidentes de junta fossem representados por um presidente de junta de oposição, toda a gente se riu e achou um disparate, até pelas expressões “na política já está tudo inventado”. Mas afinal de contas, com tudo inventado, havia maiorias em que se aceitava perfeitamente que um representante dos presidentes de junta fosse um elemento da oposição. Eu já conheço o senhor Rui há muito tempo e conheço o passado político do senhor Rui há muito tempo, e ele sabe também qual é o meu passado político e eu sei qual é o passado do senhor Rui.”

Seguiu-se a votação que, num universo de 36 votantes, (ausência de Luís Amorim) registou os 8 votos contra do grupo municipal do PSD e do membro Armando Carvalho, 3 abstenções dos membros Manuel Lopes, Elisabete Viana e João Amorim Dias. **Aprovado por maioria, com o pormenor de que a documentação relativa às páginas 6/9 e 7/9 do GOP vão ser alteradas em conformidade com o detalhe que aqui se referiu.**

O **Presidente da Mesa** interrompeu os trabalhos pelas 16h40m para um intervalo. Retomados os trabalhos às 16h50m com o

3º Ponto

Apreciação e votação da Carta Educativa do Concelho de Valença. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO N.º.III)

Inicia este ponto **Armando Carvalho** com a sua declaração: “A Carta Educativa, do ponto de vista do enumerar dos problemas da Comunidade Educativa sofre de várias deficiências. Desde logo as deficiências que decorrem da arrogância centralista em decidir de cima para abaixo, deixando aos interessados, tão somente, a possibilidade de criticar e apresentar sugestões à posteriori, isto é, no período de consulta pública, sem que se saiba muito bem como e quando as reclamações serão ponderadas e atendidas.

Exacerba, como se da descoberta da pólvora se tratasse, consequências correntes da sua própria responsabilidade, designadamente a falta de alunos no interior, em termos de falhanço completo no ordenamento territorial e subsequente desertificação do mundo rural, quebra de natalidade, litoralização do país, terciarização das actividades económicas, etc, etc.

No nosso concelho, há que apontar o facto de apesar da não promovida discussão pública, a população de Cerdal, que aproveitamos para saudar vivamente na pessoa do seu Presidente da Junta, ter intervindo no processo, numa clara manifestação de crescimento da cidadania crítica, para propor alterações que, pelos vistos, mereceram acolhimento por parte da Câmara. A ver vamos quanto ao seu desfecho, que esperamos seja o que aquela freguesia considera justo.

Quando falamos de poder centralista, impõe-se o nomear desse poder. De facto, os reajustamentos ao parque escolar, orientados pelo prisma centralista, tão vital ao neo-liberalismo, economias de escala, mercados competitivos e outros conceitos que tais, são da lavra exclusiva dos governos da alternância – PS/PPD/CDS. Em memória da verdade histórica, deve ser, contudo, relevado o papel positivo do Partido Socialista, quando ainda não tinha inventado a “esquerda moderna”, na implantação da primeira rede escolar pré-primária.

O conceito de Agrupamento, porém, já não foi tão pacífico de aceitar pelos agentes educativos, apesar de já na altura se brandir o estafado pretexto da racionalização de meios. É que logo ali se descobriu que o seu alcance próximo estava na centralização e na abertura de espaço ao sector privado, sempre exigente de “menos estado” mas sempre pronto a assentar arraial à sua sombra.

A centralização, com o é bom de ver, conduz à massificação, ao aniquilamento do potencial individual, e ao nivelamento por baixo das capacidades.

Pior ainda, consome recursos propositadamente não relevados, e que ainda por cima recaem sobre a parte mais frágil, paradoxalmente a que se pretende promover. É o caso das autarquias, vistas, elas mesmas como agentes de Educação, pois ao aumento de competências, além de não corresponder – antes pelo contrário – um reforço de meios, financeiros, logísticos e humanos.

É que, basta ver o nosso orçamento, rubrica dos transportes, o deslocamento de alunos para as escolas centrais, além de acarretar riscos acrescidos, sobrecarrega também o erário municipal, já para não falar das novas solicitações com o enriquecimento curricular, a contratação precária, etc.

No nosso concelho, a aplicação da carta educativa, chegamos consensualmente à conclusão de que o mal menos, pode-se considerar que é em versão soft, ou seja, uma versão suave porque de facto a ser adoptada na plenitude dos seus critérios que nós achamos altamente discutíveis, era possível acontecer, como por exemplo, em Paredes de Coura que tem uma dispersão territorial muito maior que a nossa, concentrar os alunos que tal como está prevista na carta educativa se situassem numa área de 15km, 15km abrange qualquer freguesia do nosso concelho, ou segundo me parece 20 minutos do nosso concelho. Nesse aspecto pode-se considerar que houve aqui um certo critério nessa adopção. Criticamos essencialmente o facto de que a Carta educativa vem atrasada, no sentido em que ela vem legitimar o encerramento das escolas depois de elas estarem encerradas e além disso vem empurrar a responsabilidade para nós, para o poder autárquico que a vai ou não aprovar. Pela nossa parte evidentemente que isso não é possível, não conseguimos aprovar uma Carta Educativa que é feita, como disse, de cima para baixo. O exemplo de Cerdal é um exemplo fantástico e é um exemplo que prova que era preciso fazer as coisas de outra maneira, bem sei que me vão dizer que se estivéssemos à espera que a decisão fosse de baixo para cima, ainda não tínhamos Carta Educativa nenhuma. Mas, tudo depende da capacidade de mobilização das

populações e de lhes proporcionar a manifestação dos seus interesses, o que aliás criticamos em relação, por isso é que se fala aqui em publicitação promovida.”

Reconhece que o erro foi seu, até porque já lhe mostraram o edital e soube, pelo presidente de junta da sua freguesia que o mesmo estava afixado até nos cafés a informava da data da discussão pública da Carta Educativa. No entanto, considera que se poderia ter utilizado um jornal de referência para que se pudesse ter acesso mais completo a essa matéria.

Intervém **Elisabete Viana** que considera este documento, a Carta Educativa, um documento muito importante porque estão em causa as crianças do concelho.

Afirma ser apologista dos centros escolares, pois considera muito frustrante para uma professora ter uma turma com cinco, seis ou sete alunos. Quando os mesmos são bons até é muito bom, mas quando não são, é frustrante.

Informa que recebeu um convite, há dois meses, para umas jornadas parlamentares, organizadas pelo PS em Paredes de Coura. Uma vez que o tema era a educação interessou-se e participou e como tal refere “ senhor presidente, comparando o que lá ouvi com a Carta Educativa que aqui nos é apresentada... eu quero já dizer meus amigos que a carta não vai ser aprovada pelo Ministério da Educação. Quero também informar que as pessoas que estavam em Paredes de Coura eram 27 de todo o distrito, inclusive os senhores deputados – (só estava o Dr. Abel Baptista-deputado do nosso distrito). Estava também uma deputada do PS de Cabeceiras de Basto,(que eu já vou dizer o que ela disse). O senhor presidente da comissão da Assembleia da República, disse que o exemplo de Paredes de Coura era fenomenal, que todos os municípios deveriam pôr em prática o que fez Paredes de Coura. Disse ainda que o Ministério já tinha decidido que era um centro para cada concelho, nem mais, nem menos. O senhor vereador da câmara municipal de Monção, que estava lá, disse que um representante da DREN tinha estado em Monção, que lhe tinham dito que tinham três centros escolares e que ele respondeu que nem pensar. Esse mesmo senhor representante da DREN disse, num agrupamento, que o Alto Minho gostava muito de capelas, mas que o Ministério já tinha decidido e que escusavam de mandar para lá mais que um agrupamento, que era um e que mais nenhum. A senhora deputada do PS, (que não me lembra do nome dela), de Cabeceiras de Basto, disse que realmente no seu concelho tinham apresentado dois agrupamentos, mas que não tinha sido aceite. Só aceitam um e elas estavam ali para lutar por dois, que seria o melhor para o concelho delas. O senhor presidente da comissão dizia que um centro escolar não é uma escolinha, um centro escolar além das salas de aula tem de ter um pavilhão de educação física, uma sala para pinturas e trabalhos e uma sala para informática. Eu não estou a dizer que não concordo com a Carta, agora quando olho e vejo oito pólos, acho que daqui a algum tempo estou novamente com a Carta Educativa na mão, porque a senhora Ministra não nos vai dar o sim.”

Segue-se **José Veríssimo** que declara “Temos Carta Educativa. Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer a nossa intenção de participar construtivamente para expor determinados princípios que deve orientar, a nosso ver, as finalidades desta Carta Educativa que terá reais implicações na vida futura dos Valencianos. Trata-se de um dos pontos altos deste ano, e o documento apoia-se num estudo bastante completo, embora as mudanças que se propõe fazer possam traduzir algumas incorrecções por falta de informação da Câmara Municipal de Valença em algumas abordagens importantes, nomeadamente: informação dos planos de transportes escolares dos últimos anos, onde aparece sintetizada muita da informação em falta; informação dos estudos da revisão do PDM de Valença, documento que ajudaria a perceber a dinâmica mais recente no que a este tema diz respeito, a Carta Educativa é parte integrante do PDM, pelo que só se torna eficaz quando este se encontra aprovado e em vigor. Seria desejável, também, que a equipa responsável pela Carta Educativa trabalhasse o mais possível em conjugação com os serviços responsáveis pelo PDM, já que tal procedimento traria mais valias. O aligeiramento da quantidade de trabalho, que só teria que ser feito uma vez, a conformidade absoluta entre os dois documentos no que respeita análise dos conteúdos abordados e o grau acrescido da relevância das questões relacionadas com a educação e a formação, porque estaria mais integrada com as restantes políticas sociais do concelho. O cruzamento destas fontes permitir-nos-ia uma análise mais aprofundada em determinados domínios, estas lacunas terão de ser colmatadas numa fase superior daqui a cinco anos

possivelmente, quando houver uma revisão da Carta Educativa e vão ser integradas na componente diagnóstico. Tive a oportunidade de dizer na Assembleia de Junho, que em sistemas de administração centralizada, como é o nosso caso, aquilo que se faz a nível local no domínio da educação, como noutros sectores, corresponde aplicar directrizes definidas centralmente para todo o território nacional. Este carácter dedutivo não é suficiente para que as políticas educativas possam ser pertinentes relativamente à singularidade dos diversos contextos, as políticas educativas não podem apenas ser deduzidas, é necessário que sejam construídas com a participação dos actores locais, é necessário também que estas políticas educativas ultrapassem o âmbito escolar. Numa acção educativa localmente globalizada, a participação de interesses, de percursos e de acções tende a ser progressivamente alargada a uma multiplicidade de parceiros como as escolas, as famílias, as associações culturais e desportivas, os museus, as bibliotecas, os centros de saúde e as empresas. Trata-se da discussão de uma Carta que é estruturante para o concelho de Valença e muito importante para nós todos. Existe um problema de forma, porque não foi devidamente discutida nas freguesias e nas escolas como deveria ter acontecido, porque é que não existiram sessões de divulgação e debate? Era importante o envolvimento da comunidade educativa no debate e definição, opções, objectivos da política educativa da autarquia, e a sua articulação com outras políticas sectoriais, nomeadamente sociais, culturais, desportivas e ambientais, será que foi amplamente discutida no conselho municipal de educação? Analisaram todas as hipóteses, nomeadamente o que se refere à reconfiguração e reorganização da rede? Será que não existem no concelho de Valença, edifícios a mais na rede escolar? Não fui eu que fiz esta questão, foi o tal engenheiro da direcção regional da educação numa visita ao agrupamento das escolas Muralhas do Minho. Tiveram acesso a todas as informações que a equipa responsável pela elaboração da Carta Educativa não teve, se assim foi, o conselho municipal de educação teve um papel activo, enquanto fórum privilegiado da participação de todos os agentes educativos na definição e na implantação de políticas educativas para o nosso concelho. A ideia de que os conselhos municipais de educação, não respondem às necessidades educativas dos concelhos, parece uma ideia partilhada pela maioria dos professores que participam nestes órgãos, apesar de reconhecerem potencialidades neste novo órgão coordenador, criticam o facto de ele estar limitado na sua iniciativa, e receiam que ele se transforme num instrumento meramente burocrático. Nas escolas, por exemplo, os órgãos de gestão e os conselhos pedagógicos deverão considerar as apreciações do conselho municipal de educação? E os seus projectos? Projectos educativos de escola? Projecto curricular do agrupamento? Terão peso também no conselho municipal de educação? Em nosso entender a Carta Educativa deve obedecer a uma doutrina e a requisitos que fortalece um papel insubstituível da nossa escola, investindo na qualidade do seu serviço, oferecendo as melhores condições possíveis aos docentes e contrariando as simetrias regionais, desigualdades sociais, facilitando o acesso e o percurso das crianças e jovens oriundos de locais, ou famílias com poucos ou nenhuns recursos. A Carta educativa tem verticalidades, nomeadamente na definição das cinco medidas que são apontadas, embora discutíveis como já foi aqui dito, por outras palavras a presente Carta não deve ser só um reordenamento do Parque Escolar público, não deve submeter-se explícita ou implicitamente somente a critérios de poupança nas despesas encerrando escolas, mas obedecer a princípios de justiça social, de igualização de oportunidades no acesso e no percurso, de modernização da rede escolar e constituir um forte contributo para o desenvolvimento económico, social e cultural do nosso concelho. Os novos agrupamentos devem constituir-se como pólos dinamizadores cultural como uma fecunda intervenção no território educativo, resolvendo os problemas que se prendem com os transportes, refeições e outros auxílios à população escolar. Não podemos excluir os necessários investimentos em novos edifícios, como podemos ver no programa de execução da Carta Educativa, com investimentos na ordem dos 2 milhões, como já foi dito aqui 1 milhão e 500 mil para a construção da nova EB1 das Antas, mais 406 mil para a construção do pavilhão gimnodesportivo ou a ampliação dos já existentes na instalação de melhores equipamentos, desde refeitórios, salas, recreios porque a questão é clara, trata-se de cumprir e fazer cumprir as promessas dos responsáveis do governo central, que acreditam que esta reforma da rede escolar terá amplos benefícios para a qualidade da instrução, encerrando escolas e oferecendo aos estudantes e professores novas condições. Temos algumas dúvidas. Espero que o próximo quadro de apoio seja instrumento financeiro, para resolver de vez o problema da rede escolar do nosso concelho. No que diz respeito à reorganização da rede escolar, o Ministério da Educação

comprometeu-se através da direcção regional da educação do norte, a colaborar com os municípios no sentido de disponibilizar verbas para o parque escolar. Gostaria de saber se a Câmara Municipal de Valença apresentou alguma candidatura, se não porquê? Seriam economizados 625 mil euros, na remodelação das escolas da EB1 de Arão, nomeadamente já agora gostaria de perguntar se está previsto algum projecto para ampliação da cantina, uma vez que já não tem capacidade para os alunos em questão, Passos – Cerdal e Friestas, como consta no programa de execução da Carta Educativa. Como alguém disse, mais do que gerar novos recursos há que saber gerir melhor os recursos existentes. Em Setembro de 2004, a imprensa anunciava que a Câmara Municipal de Valença coloca em funcionamento o centro lúdico de Gandra, um espaço OTL, ocupação de tempos livres, uma EB1, escola básica do 1º ciclo, prometem dinamizar as actividades escolares da freguesia de Gandra, empreitada teve um valor de 103 mil euros, só que agora faz parte do programa de execução da carta educativa, uma obra para Gandra, um novo edifício para a EB1, cujo custo de construção ronda os 522 mil euros, onde estão as previsões das necessidades futuras dos municípios, propondo as medidas necessárias para dar-lhe resposta. Pelo nosso lado estaremos vigilantes para verificar se de facto as palavras condizem com os actos. A promoção do ensino da formação profissional necessita também de ser aumentada urgentemente, para todos aqueles jovens que não podem prosseguir os estudos universitários, certamente que tal desejo passa por uma reforma mais profunda do sistema educativo, que está no âmbito desta carta, medida 4 e aprende incontornável a necessidade de habilitar os jovens com mais e melhor habilitação profissional, venham eles a ser empregados ou empresários, este concelho não foge à regra, talvez seja a mais urgente onde agir. Se é razoável que se ponha fim ao isolamento de muitas crianças e junta as turmas do primeiro ao quarto ano, é preciso acautelar também quanto ao envelhecimento das aldeias e o facto de vermos as crianças a sair de casa muito mais cedo para regressar apenas à noite. Nestas medidas, como em tudo o que parece converter em bom, pode converter-se num pesadelo futurista sem vitalidade, sem cultura, sem alegria enquanto que outras áreas geográficas, nele tudo se concentram até à congestão final.”

Intervém **Santos Silva** que deixa “ uma crítica construtiva. Verificamos todos nós, creio eu, que este assunto foi muito pouco discutido e é muito importante.

Permito-me recordar a informação que, pelo Sr. Vice-presidente da Câmara e pelo Sr. Presidente da Mesa nos foi dada, na pretérita assembleia de 29 de Setembro, fazendo notar que ainda não tinha sido publicada a Carta Educativa em Diário da República, pois só a partir de então se contavam 30 dias para a sua discussão pública. (Acta nº8, p.41)

Como todos sabemos, para além da honrosa excepção da Junta de Cerdal, houve pouca discussão, e a que houve, foi muito pouco pública – claro, por nossa culpa, ... por não termos lido os editais ...

Temos de reconhecer que o nosso Presidente da Assembleia é pródigo em remeter-nos muita informação, policopiada, a recordar reuniões, eventos, assuntos importantes ... localmente e a nível nacional. Não teria sido possível, dada a importância do tema, ter-nos enviado, também, uma nota recordatória do prazo da discussão pública da Carta Educativa, a decorrer, dado que não é muito habitual a maior parte dos membros desta Assembleia tomarem conhecimento dos avisos incertos no Diário da República?

Aliás, registo com agrado a ideia do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de se efectuar uma reunião informal com a Assembleia Municipal antes do PDM ser posto à discussão pública.”

Segue-se **Rui Marrucho** que afirma que considera que a “Carta Educativa está muito bem feita”. Em resposta ao membro Manuel Lopes diz que “eu não sei se o senhor andou na guerra do Ultramar, eu andei e por acaso era um grande especialista em minar os terrenos e desminar as minas anti pessoais. Como tal, o senhor não entra bem comigo nesse aspecto, porque quando me puser alguma mina vai ter que a desminar ou rebentá-la nas mãos, porque comigo não entra, eu não fujo às guerras, mas também quando mas põem eu também lá entro, não tenho problema nenhum.”

Em resposta ao senhor Vilas refere “ com todo o carinho e admiração que tenho por si, o senhor fez aí uma pequena insinuação de que conhece o meu passado político, mas também conhece o presente ou não? Eu entendi isso como uma insinuação, mas de qualquer maneira eu

quero dizer que me honro de ter sido PSD. Demiti-me do PSD sabe porquê? Porque já estava a ganhar marreca, estava muita gente a subir ao meu escadote e como tal entendi que me devia demitir. Até ao momento não tenho partido nenhum. Agora vou meter a metáfora, com todo o respeito por esta Assembleia, já disse isto muitas vezes em reuniões do PSD, eu quando o pastor é bom ando em qualquer rebanho, não tenho problema nenhum. Desde que o pastor me diga que tenho de comer aquela erva e está tenrinha, eu como, mas se ela estiver com insecticida, não me leva.”

Prossegue a sessão com a intervenção de **José Nogueira** que afirma que “A Carta Educativa ora em análise é um documento estratégico que define prioridades, racionaliza e otimiza recursos e adequa e reforça as políticas educativas à dinâmica económica e sócio-cultural do município.

É essencial na medida em que afirma tais políticas educativas e promove a gestão integrada dos vários recursos concelhios, consagrando, aliás, apostas já efectuadas, por exemplo, com o apetrechamento e a criação de pólos educativos, com a construção de novas infra-estruturas (ou recuperação / ampliação das existentes) adaptadas á evolução do sistema educativo e na rentabilização sustentada dos meios humanos e físicos.

A continuidade e implementação consentânea com o na Carta (com a sugestão, já acolhida, apresentada pela Junta de freguesia de Cerdal), estamos certos, possibilitará aumentar a qualidade e funcionalidade do parque escolar, promover o desenvolvimento sócio-pedagógico das crianças e continuar a assegurar – e melhorar – o seu bem estar e crescimento harmonioso e integrado.

Sintético acervo de fundamentos e razões que, entre o mais (e neste mais está o relevantíssimo e inultrapassável facto da aprovação da Carta constituir *conductio sine qua non* para futuras candidaturas da CMV ao QREN 2007-2013), obriga este Grupo Municipal a, sem quaisquer reservas, votar favoravelmente o neste ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a Carta (e a proposta de reordenamento escolar preconizada que engloba) como adequada(s) e exequível(eis).”

Alberto Vilas “Na página 4 da proposta diz assim - e fez a leitura, interrogando depois: eu vi mal?”

O Presidente da Mesa retorquiu “Não, não viu mal; a sua memória é que talvez não esteja fresca”. E recordou ao Plenários todos os passos que o documento dera em sede de Executivo, Conselho Municipal de Educação e Assembleia Municipal, bem como os trâmites de consulta pública e publicação..

O Presidente da Câmara começa por dizer que a autarquia optou, e na sua opinião, bem por pôr este documento em discussão pública apesar de algumas câmaras não o terem feito. Informa que qualquer documento que vá para discussão pública tem os princípios estabelecidos na lei, publicação no Diário da República, publicitação nos locais normais e num jornal de tiragem nacional e que foi assim que a Câmara procedeu. Quando a Carta Educativa foi para discussão pública, já tinha o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e a aprovação do executivo municipal. Terminado o período de discussão pública, a partir do momento em que houve uma sugestão ou reclamação, da parte da junta de freguesia de Cerdal, ela foi analisada e votada pelo executivo. Justifica que o procedimento está correcto e não havia tempo para fazer de outra forma.

Prossegue dizendo que, em relação ao que proferiu Elisabete Viana, não é defensor do modelo de concentração única. Diz ainda que se alguém disse o que disse nesse fórum, nós também estamos cá para nos defendermos e temos esse direito.

Afirma que o exemplo de Paredes de Coura até pode fazer sentido naquele concelho, mas não na realidade do concelho de Valença. Considera que a solução encontrada foi a mais adequada, pois a Carta Educativa não serve só para reorganizar parque escolar. Compete ao município uma responsabilidade fundamental: proceder a intervenções que garantam condições físicas que permitam actualização das metodologias de ensino com uma série de actividades, (actividades novas que entretanto foram aparecendo). Chama a atenção para o facto da implementação da carta educativa e no fundo, o sistema de ensino, obrigar a que mais agentes tenham a sua parte neste processo. E refere a questão do PDM, que já tinha sido levantada, dizendo: “Já o primeiro PDM da

primeira geração, que foi feito com muitos disparates, com muitas incorrecções, na altura defendia sem grande rigor, o seguinte: à partida diferencia a três níveis, desenvolvimento económico-social, um primeiro no centro da vila; um segundo, primeiro anel de influência à vila e um terceiro em dois extremos, São Pedro da Torre e Friestas. O PDM que ainda hoje está em vigor tem este princípio. O PDM que está em revisão, não vem aqui provocar um corte radical nesta realidade, porque as realidades não são susceptíveis de rupturas deste género. O concelho evoluiu mas não há outro concelho. Portanto, o que a carta educativa identifica é exactamente isto que acabei de dizer, é o centro do concelho, o primeiro anel de influência que todos nós que estamos aqui concordamos, que é prolongar eventualmente até São Pedro da Torre, Arão, Gandra, Ganfei. Principalmente estes três. Anel de influência directa ao centro do concelho; depois teremos o norte e o sul, um sul com maior população que a parte norte, em que identifica Cerdal, Friestas e São Pedro da Torre e temos Fontoura como uma freguesia que tinha problemas graves ao nível do PDM. A revisão vem repor alguma justiça a esta freguesia, em termos do reordenamento do território. É uma freguesia que não se espera que venha a perder população de forma significativa nos próximos anos.” Remata dizendo: “ Se o Governo ou a Senhora Ministra disser que só aceita um centro por concelho, eu peço à senhora Ministra que venha ela fazer cá isso, porque eu não faço.”

Chama a atenção ainda para o facto de ficarem a funcionar 8 escolas e não 8 pólos. Este não será um documento estanque, não é um documento que não se pode tocar. Antes pelo contrário, os instrumentos do reordenamento quer do território, quer sectoriais, os próprios *protos* (programas regionais do reordenamento do território) que são documentos macro do reordenamento do território em Portugal, não são absolutamente rígidos, têm aspectos flexíveis.

Termina dizendo que vale a pena aprovar esta Carta Educativa porque ela é equilibrada para o concelho de Valença.

O Presidente da Mesa afirma que também está convencido de que vale a pena aprovar o documento que temos em discussão. Subscrive até a caracterização do senhor Armando Carvalho comparando com aquilo que conhece noutros municípios. É um documento de meio-termo e sobretudo porque é um documento que pela sua própria natureza é dinâmico. Em relação ao que disse a senhora deputada Elisabete Viana, que não se admirava nada que daqui a pouco tempo estivessemos outra vez a discutir este assunto, diz que isso só aponta o dinamismo da carta, que não é nada fechado, nada definitivo, é uma ferramenta absolutamente indispensável e orientadora.

Acrescenta que “ não culpo quem reorganizou e elaborou o documento, porque provavelmente na altura não contava com este dado, mas acho que as projecções de demografia para o concelho de Valença, estão absolutamente prejudicadas. Ainda hoje ouvimos aqui por duas vezes o Presidente da Câmara referir que Viana, Valença e Ponte de Lima aumentarão substancialmente a sua população e é óbvio que a população ligada ao universo escolar aumentará também e colocará um novo tipo de problemas. Mas queria dizer também, porque ouvindo o senhor deputado Veríssimo, certamente traz ao nosso conhecimento o sentimento de colegas seus, do conselho municipal de educação, que é um órgão que será excessivamente burocrático, é isso, mas é um órgão democrático e eu nunca ouvi nenhum dos seus colegas e dos meus colegas conselheiros, lá na própria sede, a dizerem deixem-se de burocracias. Segundo aspecto, prendendo-se com aquela nota que de forma tão elegante o nosso colega Santos Silva e ao qual eu dei resposta, obviamente que eu só comunico aquilo que eu próprio tenho conhecimento e ele também não tinha. Agora ligando outra vez com o Conselho Municipal de Educação, já tenho uma certa dificuldade em entender, que por exemplo, os membros da comunidade docente de qualquer nível de ensino de Valença que fazem parte do Conselho Municipal de Educação não promovam, independentemente de prazos, a discussão nos seus estabelecimentos e que não tenham eles tal atitude, para se utilizar um termo muito caro, pró activo, junto da câmara ou junto do conselho.”

Segue-se **Armando Carvalho** que declara: “Pelo que se deduz da minha intervenção, vamos votar obviamente contra. Acredito no senhor presidente, aliás também manifestei ao dizer que era uma adaptação suave, mas de facto não nos compete nem podemos contemporizar, a própria natureza da Carta Educativa no sentido em que significa um movimento centralizado, não nos podemos identificar com o facto de a carta educativa sobrecarregar as finanças locais, pela falta de dotações equivalentes. Não nos podemos identificar com uma série de objectivos que ficaram

anexos à execução da Carta Educativa, como por exemplo o facto da mobilidade das crianças de uma escola para a outra, o facto de terem de estar muito tempo fora de casa do que o normal. É possível, inclusivamente, que se localize um grupo de três crianças que tenham o seu envolvimento sociológico onde estão e não o percam para o sítio onde vão. Não achamos bem que este processo não tenha sido feito debaixo para cima, com o concurso realmente de um debate público antecipado e com um esclarecimento melhor. Continuamos a ressaltar que o nosso voto contra, evidentemente nada tem a ver com a posição de Cerdal, que continuamos a saudar com muita alegria.”

Elisabete Viana intervém novamente para “dizer que pessoalmente, não tenho nada contra a carta, agora baseado naquilo que eu ouvi, concluo que com o tempo vamos estar aqui novamente a discutir.”

Procedeu-se à votação que, num universo de 35 votantes, (ausências de Anabela Rodrigues e Luís Amorim) registou 1 voto contra (Armando Carvalho) e 11 abstenções (grupo municipal do PSD e Manuel Lopes e Elisabete Viana). **Aprovado por maioria.**

4º Ponto

Apreciação e votação do pedido de autorização para “Venda do Direito de Participação na VENTOMINHO – ENERGIAS RENOVÁVEIS, S.A.” (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO Nº.IV)

O membro **Armando Carvalho** inicia este ponto com a sua declaração: “A pretensão da alienação deste activo detido pela Câmara Municipal de Valença na Ventominho, é um exemplo de como se pode desperdiçar um rendimento futuro. Este processo já passou por dois protocolos e entre um protocolo e outro foi construída uma empresa, a que se chamava os empreendimentos eólicos dos Caminhos de Santiago S.A, ao decidir entregar à AMVM na altura ainda não existia a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho. A AMVM com a participação conjunta de 15% com uma distribuição proporcional que a nós nos dá 1,66%, avaliava simbolicamente a participação desses 15% dos 7 mil e quinhentos euros. Hoje temos uma proposta de venda de 1 milhão e meio de euros para os nossos 1,66%. Em relação aos 15%, desde há cinco anos, desde 2001 que estamos a constituir esta empresa, em relação aos 15% há aqui uma valorização de 20 000%, em relação à nossa participação de 1,66%, há aqui uma valorização de 2000%, pergunto quanto é que isto valerá daqui por cinco anos e daqui por vinte se cá estivermos para o contar. A empresa que nos faz a proposta sempre esteve por dentro do processo, estava no primeiro protocolo em Março de 2001, Domingos Silva Teixeira, que por acaso até é um empreiteiro que trabalha para nós e que por acaso é um empreiteiro com contencioso em tribunal, mas não tem nada haver é só para situar DST. A DST já estava no primeiro protocolo entre a AMVM e um tal futuro consórcio, que depois se veio a chamar Ventominho, estava associada à Finarge e a outras empresas. Quando em Dezembro de 2001 se mete outra aparentemente outra empresa para o caminho, os empreendimentos eólicos dos Caminhos de Santiago S.A, portanto os sócios dessa empresa, portanto que se propunha fazer a mesma pelo primeiro protocolo, entre os sócios temos uma empresa que se chama Eoverde, que já era constituída nessa altura pela Finarge e pela DST, a DST aparece mais uma vez. No segundo protocolo de Fevereiro de 2004 já com a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, portanto já se encaminha que tenha aderido à Valimar e a Empreendimentos Eólicos do Vale do Minho está naturalmente a DST nos propõe a alienação deste activo. Comos abem, nós somos frontalmente e contra a alienação de bens públicos, principalmente se tem o valor estruturante que tem e se ainda por cima revela um valor acrescentado, que este revela. É incompreensível que se faça uma venda deste género, ao que sei e por isso aproveito para esclarecer ao deputado José Nogueira, ao que sei este milhão e meio de euros, uma vez que esta Assembleia decida vender a sua participação, vai parar ao orçamento municipal, terá que ser feito uma revisão ao orçamento para encaixar devidamente este orçamento de 1 milhão e meio de euros. Por isso, apelo muito directamente porque suponho que conheço o sentido de voto do PSD, se houver coerência com a posição assumida com os seus vereadores, apelo ao grupo municipal do PS e aos independentes, principalmente aos senhores presidentes de junta que meditem bem no

potencial que tem este activo para Valença e que reparem que no primeiro protocolo estavam previstos a instalação de 150mgw, no segundo protocolo já vamos em 240mgw, vou muitas ventoinhas de diferença e principalmente os presidentes de junta que estão em zona de montanha têm de pensar bem antes de votar favoravelmente a venda deste activo, porque é muito possível que estejam a deitar pela borda fora um negócio que é bom para a freguesia.”

Segue-se **Manuel Lopes** que pergunta ao Presidente da Câmara se se vai alienar património herdado a custo zero. Pergunta ainda se há algum estudo que diga que 1 milhão e meio é o valor base, o que realmente vale ou se se poderá ir mais além.

Diz comungar da opinião do senhor Armando Carvalho pois considera que se está a comprometer o futuro.

Para terminar afirma que, naturalmente, o seu sentido de voto vai ser contra e que espera que a proposta não passe, mas se passar pelo menos pede que o “senhor presidente tenha o bom senso e divida este dinheirinho pelas freguesias todas.”

Prossegue a sessão com **Manuel Ferreira** que declara “Sobre este assunto, senhor Presidente, devo confessar que estou de surpreendido consigo. O senhor presidente tantas vezes se tem gloriado da saúde financeira do rigor orçamental, que ainda hoje disse nesta sala, relativamente às contas desta câmara, fazendo inclusive comparações com outras câmaras, socialistas suponho, e aparece aqui com esta operação financeira, que eu chamaria mais tesouraria. Afinal, não é assim tão cor-de-rosa o cenário que o senhor pinta, nem que o Dr. Nogueira ainda hoje louvou, dado que é um excelente agente de propaganda do PS. Ora bem, esta venda, a nosso ver, só tem objectivos meramente eleitorais, para mais uma vez V. Exa. fazer com este encaixe financeiro, ou seja, aprovado as famosas obras de pré campanha eleitoral, pois não se justifica que uma empresa como a Ventominho S.A, em que 15% das acções são propriedade das câmaras do Vale do Minho e poderão dar num futuro próximo, um poder importante às autarquias envolvidas na defesa dos consumidores neste tipo de energia, que são muitos, porque é um sector em franca expansão. Uma empresa que tem prevista a construção de onze parques eólicos nesta zona, aqui em Valença ainda não começou. Por outro lado, quanto ao negócio em si, eu não tive acesso ao estudo financeiro pela *Delloite*, mas parto do princípio que estudou algo para este valor de 1 milhão e meio de euros, mas trata-se da participação de um valor apurado para algo que em Valença, neste caso, ainda nada está realizado. Portanto pergunto, imaginemos que quando esteja a laborar, qual será o valor dessa participação?! Portanto, aconselho ao senhor presidente, que desista desta tentativa de fazer dinheiro fácil. E apelando como já foi feito aqui pelo nosso colega Armando Carvalho, eu apelo também à bancada socialista e aos presidentes que nela estão incluídos, que na hora de votarem pensem não só nos dividendos que se possam ter agora, mas sim os dividendos não só económicos, mas também da afirmação regional desta zona no futuro.”

O membro **Alberto Vilas** intervém dizendo “senhor presidente, eu queria aproveitar os ventos que vêm destas novas ventoinhas, para dizer ao nosso colega Rui que cada um de nós tem todo o direito de andar atrás de quem quiser, cada um de nós tem todo o direito de mudar como quiser. O que eu às vezes, me custa perceber, é quando o pastor é o mesmo e acaba-se por mudar à mesma, portanto essa parte é que eu não percebi e também gostaria de lhe dizer que passamos muitos e bons momentos juntos, não prescindindo dessa memória e espero que o senhor também não prescindir! E espero que os bons momentos que passamos juntos lhe sirvam para que de futuro continue a ter esses bons momentos, aqui ou noutra casa qualquer, o importante é que seja feliz e que se sinta realizado. Eu sinto-me!”

Segue-se **José Nogueira** que diz “Acreditem que não é propaganda, acreditem que é sentido.

Porque dos elementos recepcionados acerca deste ponto não constava a documentação de suporte aí mencionada, a fim de bem aquilatar e decidir da pertinência do pedido de autorização para venda do direito de participação na VENTOMINHO, foi a disponibilizada alvo de consulta por este G.M. Permitam partilhar e focar alguns pontos que, à saciedade, resultam e sobressaem.

Em primeiro lugar, o procedimento: a forma proposta para alienação é absolutamente transparente (concurso público) – achando-se a metodologia adoptada alicerçada em fundamentados pareceres jurídicos; e,

Em segundo lugar, o valor base achado para alienação: a uma proposta de aquisição por € 1.583.333,33 seguiu-se um estudo financeiro elaborado pela *Deloitte Consultores, S.A.* – ou seja, o executivo, também aqui, acautelou e preveniu os legítimos interesses do concelho, não embarcando em “expectativas” ou pseudo poderes que 1,1875% de todo e manifestamente não conferem, antes obtendo um instrumento sério e credível em ordem a conscientemente deliberar.

Repare-se que, não constando (e bem) qualquer verba a este título no orçamento que votamos, é lícito deduzir que o executivo a não utilizará para pagamento de dívidas, antes a afectará a investimentos futuros.

Tudo ponderado, afiguram-se inegáveis as vantagens da alienação proposta e pelo indicado valor base, na intransigente defesa dos interesses do nosso concelho e das suas gentes.

Assim, o nosso voto favorável.”

O **Presidente da Câmara** intervém começando por falar das motivações desta proposta, da metodologia que foi utilizada e por contar aquilo que foi o último mês e meio deste processo. E prossegue dizendo que a Câmara de Valença, à semelhança da de Monção, Melgaço e Paredes de Coura, foi confrontada com uma proposta da aquisição.

Informa também que, ao contrário de outros municípios, sempre defendeu ir a concurso público. Solicitou parecer ao jurista, Dr. Manuel Gonçalves e a Comunidade Intermunicipal também pediu um parecer ao gabinete de advogados do professor José Correia. Os pareceres serviram para fundamentar a metodologia de alienação e metodologia em termos de procedimento administrativo. Diz ainda que se fez uma avaliação económica e financeira desta participação para definir se o valor apresentado poderia ser considerado justo.

Acrescenta que os documentos, pareceres, entre outros são públicos podem ser consultados até o concurso acabar. Depois de explicar os critérios que levaram à decisão de vender esta participação, diz que não gostaria que ficassem com dúvidas quanto ao procedimento. Lembra ainda que é necessário ter consciência que o próximo quadro comunitário de apoio, conjugado com a nova lei das finanças locais, vai criar muitas dificuldades aos municípios que até aqui sempre foram ao crédito à banca para financiar os 25%, que lhes corresponde em cada candidatura. A nova lei das finanças locais é absolutamente limitadora no que diz respeito ao recurso ao crédito, os municípios ou as câmaras que não tenham capacidade financeira para enfrentar isso, vão ter problemas para aprovar candidaturas. Afirma ainda que esta alienação não servirá para pagar dívidas, mas sim para investimentos futuros e para ajudar a co-financiar futuras candidaturas ao CREM, coisa que não acontece noutros municípios.

Quanto ao valor diz ainda que se levantaram várias questões e se “misturaram alhos com bogalhos” quando se diz aos presidentes de junta para que não vendam porque vão hipotecar o futuro. Lembra que “isto só é rentável porque o Estado financia a exploração, se um dia o Estado, por qualquer motivo, tal como fez o então Primeiro-ministro Dr. Santana Lopes, se lembrar de vir dizer que já não financia será o caos”.

Sublinha que o que a ser posto à venda é a participação e que a Deloitte considera o valor muito bom e é com ele que se vai avançar e pode ser que no mercado haja quem queira dar mais.

Segue-se **Armando Carvalho** que sugere que este ponto seja transferido para uma próxima sessão para que se possa analisar com mais atenção e calma.

Declara não perceber porque se quer vender quando se afirma que “se tem as contas controladas! Que respiramos saúde financeira!” E pergunta se a “saúde financeira não dá para pagar os 25% que são devidos pelas participações financeiras do quarto quadro comunitário de apoio” Se é necessário “fazer um esforço orçamental para isso, com a situação financeira controlada?” Afirma ainda que “há coisas aqui que não encaixam”. Prossegue dizendo que a avaliação da *Deloitte*, que não está a consulta pública, provavelmente dirá o mesmo que dizem os outros pareceres. Informa ter consultado esses pareceres e a conclusão a que chegou, nomeadamente do parecer do consultor avençado pela Câmara, é a de que o problema que se põe aqui é político.

Não compreende porque só estão a centrar o problema no valor e não na natureza do assunto. Diz que não custa nada continuar com o que temos direito na empresa até porque há possibilidades de progressão.

Conclui reafirmando que não há motivo, nem nenhuma motivação que explique a venda deste activo. Lembra que tinha muito mais para dizer mas que o “ espaço temporal que nos resta não chega para tomar uma decisão desta envergadura.”

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** que diz registar, com muito respeito, todos os sentimentos do senhor deputado Armando Carvalho. No entanto, recorda-lhe que há uma disciplina regimental que deve ser respeitada. Acrescenta que, apesar de respeitar a sua posição, não percebe porque quer continuar a discutir o assunto se já manifestou o seu voto contra.

Prossegue a sessão com a intervenção de **Manuel Ferreira** que refere que não está em causa a metodologia adoptada no caso de se efectuar esta venda. Parece-lhe muito bem que seja por concurso público e espera que ganhe o que melhor ofertar, caso seja aprovado. No entanto, gostaria de ser esclarecido sobre qual o destino do dinheiro desta venda.

O membro **Alberto Vilas** pergunta ao Presidente se não houvesse esta proposta para comprar a participação dos municípios, se a Câmara iria para o mercado tentar arranjar comprador. Pergunta ainda se a compra da participação de Valença está dependente ou não da venda das outras participações dos restantes municípios.

Conclui, questionando ainda o Presidente da Câmara se está mesmo convencido que uma empresa privada deste tipo, se vai tornar o mecenas dos municípios do Vale do Minho. Refere que, da forma como o Presidente explicou, parece que se vai traduzir num negócio ruinoso para a empresa, vai custar tanto dinheiro, vai ser um investimento que só verá resultados daqui a uns anos e vai estar eternamente dependente do subsídio do Estado.

Intervém **Manuel Lopes** que diz também não compreender, dada a situação financeira da Câmara, a necessidade de se vender.

Usa da palavra **José Nogueira** que afirma que, agora, a questão é política. Depreende que posição que a oposição toma, uma vez que o dinheiro não será utilizado para pagar dívidas mas para investimentos futuros, só pode ser motivada pelo “medo de continuar a perder as eleições”. Diz ainda não compreender que se duvide do estudo da *Delloite* ou da palavra do Presidente. Salientou ainda a importância de se aplicar este dinheiro desta forma pois assim evitar-se-á o pagamento de juros à banca.

Intervém o **Presidente da Mesa** que informou que acompanhou o Presidente neste processo e que testemunhou que o mesmo tomou esta posição, precisamente porque o dinheiro não serviria para pagar dívidas. Reitera que “Valença tem, felizmente, saúde financeira” mas, no entanto, não poderemos esquecer que o novo quadro de finanças locais é altamente restritivo e que ainda não sabemos qual vai ser a disciplina do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Lembra ainda que só os projectos dos municípios que os podem participar, sem ter de recorrer a empréstimos é que terão hipóteses de sucesso.

Para terminar este ponto o **Presidente da Câmara** começa por dizer ao membro Alberto Vilas que pouco lhe importa se, para quem fez a proposta, é um bom ou mau negócio. Acrescenta que nem se sabe se é esta empresa que vai comprar pois, tal como já informou, a venda vai a concurso público. Acrescenta ainda que não afirmou que o Estado vai deixar de financiar, apenas colocou a hipótese.

Afirma que o que realmente importava e importa era aferir se este valor era o justo, não queria avançar “às cegas”, daí que tenha encomendado os estudos que referiu anteriormente. Considera que em termos de procedimento mais não havia a fazer. Agora a questão que se coloca é, sem dúvida, política. Reitera que não concorda que o dinheiro seja aplicado em “coisas que ficaram para trás” mas sim “para investir para a frente e criar condições para podermos ir mais longe. Para

criar investimentos. Para, em vez de se fazer um saneamento em três anos, puder fazer em menos tempo. E quem diz o saneamento, diz as escolas, o centro de exposições”. Sublinha também, mais uma vez, que a nova lei das finanças locais é absolutamente “limitadora” e que esta venda permitirá acompanhar o ritmo do QREN.

Lembra que o recurso ao crédito, como todos sabem, é fundamental para acompanhar o ritmo dos investimentos co-financiados. As receitas da autarquia, por si só, não têm capacidade para acompanhar candidaturas. Solicita que atendem ao que a Câmara de Valença foi “buscar” no terceiro Quadro Comunitário de Apoio que agora termina. Considera que esta será uma boa opção para puder assegurar os novos investimentos, sendo esta a razão política subjacente à decisão de venda. Acrescenta ainda que esta alienação não está dependente de nenhum outro município até porque nem todos procederam da mesma forma. Poder-se-ia ter optado por vender directamente como fez o município de Arcos de Valdevez, mas Valença optou pelo concurso que vai ser publicitado em jornais, Diário da República e só terá de se esperar pela resposta do mercado.

Seguiu-se a votação que, num universo de 35 votantes (ausências de Luís Amorim e Elisabete Viana) registou 11 votos contra (grupo municipal do PSD, e Armando Carvalho e Manuel Lopes). 00 Abstenções. **Aprovado por maioria.**

5º Ponto

Apreciação e votação dos Estatutos da “VM Urbe Associação de Desenvolvimentos dos Centros Urbanos do Vale do Minho” e concessão da autorização para que o Município de Valença se associe à mencionada associação”. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO Nº.V)

Inicia este ponto o **Presidente da Câmara** que informa que quem está a acompanhar este processo é o senhor vereador Joaquim Covas, logo poderá dar informação mais detalhada sobre o mesmo e responder às questões que eventualmente venham a ser colocadas.

Intervém **Santos Silva** que começa por dizer que quando não percebe as coisas, pergunta, e como tal, depois de proceder à leitura de alguns dos artigos coloca as seguintes questões: “Porque não veio esta proposta acompanhada pelo previsto Regulamento Interno, dado o seu desconhecimento suscitar muitas dúvidas não esclarecidas pelos Estatutos? Por exemplo, a constituição do Fundo Associativo – art. 28º. O seu objecto é confuso, pois parece-nos ser promíscuo o acompanhamento de projectos de urbanismo, com a promoção das áreas de Comércio e Serviços e o apoio e aconselhamento dos agentes económicos para os quais vão ser contratados técnicos de marketing e Relações Públicas, e com o negociar contratos entre instituições financeiras e os associados ... sem percentagem?! ... - alíneas c) e i) do art.4º.; Qual a ideia que está subjacente à criação desta nova Associação, que mais parecendo uma Associação Comercial com novas roupagens, e declarando-se sem fins lucrativos, se propõe executar trabalhos para os sócios, com descontos? E esses descontos são efectuados tendo em conta o valor da participação no património associativo, não se sabendo se vão pagar menos os mais ricos, ou pagar mais ou mais pobres – alínea e) do nº1 e nº2 do art.10º. e prevê executar, também, trabalhos para terceiros – alínea e) do art. 20º, não se sabendo se com lucro ou sem lucro ??E para que é necessário um Director executivo, obrigatoriamente remunerado – nº3 do art.24º, mais um Gestor Sénior, funcionário da Associação, remunerado – nº.2 do art.º25º, mais um Técnico Oficial de Contas, que integra o quadro de pessoal, ou seja, remunerado, este só para coadjuvar o Conselho Fiscal – nº.5 do art.23º???

Depois de colocar as suas questões declara: “Eu bem sei que o desemprego é grande mas, francamente, podiam arranjar lugares para as pessoas de outra forma...”

Prossegue a sessão, agora com a intervenção de **José Nogueira** que declara: “Do simples compulsar dos arts. 3º e 4º dos Estatutos se afere da importância intrínseca desta Associação. A promoção, a modernização e requalificação dos núcleos urbanos de Valença e dos mais concelhos aderentes, o desenvolvimento da gestão unitária e integrada de serviços de interesse

comum e a valorização e promoção das áreas de Comércio e Serviços, alicerçadas nas actividades propostas e a desenvolver, sumariamente elencadas no sobredito art. 4º, em muito beneficiarão estas edilidades e muito especialmente os seus cidadãos.

Trata-se, entre o mais, de racionalizar, coordenar, apoiar, aconselhar, dinamizar, promover, incentivar investimentos públicos, privados e mistos (parcerias), criados e a criar e uniformizar, rentabilizando procedimentos.

A validade duma associação deste tipo é inquestionável – tem-se, mesmo, hodiernamente por imprescindível.

A sua eficácia será, certamente, relevante: face à conjugação das declaradas vontades e dos meios a afectar e sem descurar os benefícios decorrentes da articulação e da criação de ‘grande escala’, que proporcionarão melhores condições de concurso a financiamento no âmbito do QREN.

Conta, destarte, com o nosso inequívoco apoio.”

Usa da palavra o vereador **Joaquim Covas** que explica: “ A VM Urbe Associação de Desenvolvimentos dos Centros Urbanos do Vale do Minho não é mais do que a denominação do que entre os cinco municípios do Vale do Minho e a União Empresarial deu à unidade de acompanhamento de coordenação.

Estas unidades de acompanhamento e coordenação foram fruto de uma proposta da Direcção Geral da empresa que está ligada directamente à Secretaria de Estado de Comércio e Serviços, que há cerca de três anos promoveu, juntamente com a confederação do comércio português, a formação dos tais directores seniores e directores executivos, nos tais gestores de centro urbano. Estes gestores de centro urbano (foram formados vinte e um a nível nacional) dos quais um está aqui, fruto de uma aposta da união empresarial que, na altura, enviou um dos seus técnicos para essa mesma formação.

Estas unidades de acompanhamento e coordenação só podem ser constituídas desde que haja um técnico com esta formação. De dizer que foi tentando minimizar, (e não criar aqui uma base de emprego), os custos organizativos e administrativos, que a União Empresarial intercedeu com as cinco câmaras do Vale do Minho.

Esta estrutura vai contar com um director executivo, porque é obrigatório, e um administrativo e vai dar esse apoio a todos os municípios que, dentro dos seus núcleos urbanos, tiverem intervenções Urbecom. Isto não é mais do que dar seguimento aos investimentos que já foram feitos nos municípios e nos centros urbanos através dos Urbecom. Portanto, neste momento a associação é criada para esse mesmo fim, para desenvolver e intensificar o que já foi feito em termos de investimento na área urbanística e na área comercial. Vai apoiar de muitas e diversas maneiras, por exemplo em termos de sinalética e sinalização, segurança, mobiliário urbano, limpeza, promoção, animação e dinamização de uma imagem comum promocional desses mesmos centros urbanos. Posso adiantar também, que numa reunião com o senhor Secretário de Estado, na qual o senhor Presidente também estava, nos foi dito que das tais sociedades de reabilitação urbana, de reabilitação económica e turística destes núcleos urbanos, vai passar muito por congregação de esforços quer dos municípios, quer das actividades empresariais da região. Isto não é mais do que materializar o que se nos perspectiva também em termos de aproveitamento do QREN. Dizer também que esta associação e estes estatutos foram enviados para serem adaptados a esta associação, pela própria direcção geral da empresa. Isto provavelmente causa confusão e muita admiração a algumas pessoas, porque nós andamos à frente no país. Posso dizer que, neste momento, está constituída uma associação, e a constituição desta será a segunda a nível nacional, portanto provavelmente porque como muita gente desconhece, desconfia. Não há nada mais do que isto, está aqui uma explicação muito clara, corroborada pela direcção geral da empresa, pelo senhor Secretário de Estado do Comércio e Serviços. Neste momento há oportunidade de minimizar os custos e não criar estruturas megalómanas em termos de funcionalismo. Com um único técnico e um único administrativo e lógico a aproveitar os recursos que cada uma das câmaras têm - as cinco câmaras em conjunto também com a União Empresarial.

Portanto, não estamos aqui a falar de despesismo, não estamos aqui a falar em criação de emprego, estamos aqui sim a falar e a afectar recursos e meios que as estruturas que aqui se vão juntar já tem. Portanto meus senhores, estamos a falar de participações que posso dizer na ordem dos 75%. A participação mínima para todas estas estruturas refere-se a 50% a fundo

perdido, as outras são todas a 75%. De dizer que conta já com a aprovação tácita de 25 mil euros por município para questões de vigilância, higiene e limpeza destes núcleos urbanos e de alguma sinalização e conta também com a aprovação tácita de cerca de 60 mil euros por município também, ou seja, por centro urbano, para promoção, dinamização e animação desses mesmos núcleos urbanos.”

Intervém novamente **Santos Silva** que declara que, se estava confuso, agora ainda está mais. Afirma que o senhor vereador lhe deu razão pois estão aqui “copiadas” as funções da União Empresarial e, como tal, não se compreende qual a necessidade de se criar “outra” onde se tem de criar novos postos de trabalhos e remunerá-los.

Em resposta o vereador **Joaquim Covas** refere que o gestor de centro urbano, pertence à estrutura da União Empresarial e que a mesma irá prescindir dele em prol desta nova associação. Acrescenta ainda que, provavelmente, o restante *staff*, será aproveitado informalmente nos recursos humanos dos cinco municípios.

Reitera que os estatutos foram remetidos pela própria direcção geral da empresa, o que leva a que se cumpra pois são obrigatórios para o seu funcionamento. Sublinha ainda que o único vencimento obrigatório que está previsto será o do gestor de centro urbano.

Procedeu-se à votação que, num universo de 34 votantes (ausências de Luís Amorim, Adriano Areias e António Gonçalves), registou 00 votos contra e 13 abstenções (grupo municipal do PSD, e Armando Carvalho, Manuel Lopes, Alberto Reis e Elisabete Viana. **Aprovado por maioria.**

8º Ponto

Apreciação e votação da lista de candidatos a Juizes Sociais. (Proposta da Câmara Municipal em ANEXO Nº.VI)

O **Presidente da Mesa** informa que “Vamos agora entrar nos três últimos pontos da nossa ordem do dia e rapidamente eu proponho a seguinte metodologia: Discussão autónoma de todos eles; um único acto de votação para não estarmos em cada ponto a fazer a peregrinação até à urna, até porque eu já tenho votos preparados para todas as situações. Todavia, e como os líderes dos grupos municipais já têm conhecimento e também tem o senhor Armando Carvalho da CDU, e o representante dos Presidentes de Junta, colocou-se durante a manhã uma questão de legitimidade jurídica acerca de um elemento constante da lista da candidatura, aprovada pela câmara municipal. Nesse sentido o senhor presidente da câmara vai-nos fazer uma sugestão e o plenário dirá.”

Usa da palavra o **Presidente da Câmara** que declara “Nós estamos atrasados na entrega desta lista de juizes sociais, temos de a entregar no tribunal. A única forma que eu vejo de resolver a situação parece-me pacífica, não terá qualquer tipo de problema.” E assim sendo, sugere que seja feita a substituição do Dr. Mário Rui que por ser advogado não pode assumir, pela assistente social Maria do Carmo e compromete-se a levar a lista novamente a reunião de Câmara.

O **Presidente da Mesa** informa que a incompatibilidade presumível, prende-se ao exercício do cargo de advogado, porque o normal seria substituir por outro advogado. Como não é compatível a profissão com o cargo a assumir sugere-se o nome de Maria do Carmo que é Assistente Social.

O membro **José Nogueira** informa que Luís Amorim entregou um parecer elaborado pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados que demonstra que o Dr. Mário Rui, caso assumisse o cargo, poderia, eventualmente, incorrer numa situação de incompatibilidade.

Intervém **Armando Carvalho** que diz que “os Juizes Sociais será certamente um cargo e uma causa de muita importância para a sociedade. No entanto, tenho algumas dúvidas e peço

encarecidamente às pessoas visadas que não interpretem aquilo que eu vou dizer como uma falta de consideração ou como uma falta de respeito. Algumas das doutoras ou doutores indicados para o cargo, percebe alguma coisa de arrendamento rural? Protecção de menores? O caso fica ainda pior porque uma falha num arrendamento rural, em princípio pouca gravidade terá. No caso de uma decisão de paternidade, de maus-tratos, a coisa já muda de figura. Portanto, eu vou reformular a pergunta e vou perguntar se algumas destas senhoras doutoras e doutores, (e reparem que eu estou a insistir no título académico porque verificamos que continuamos a ter sempre mais do mesmo), algum se sente especificamente indicado para decidir em caso de protecção de menores vítimas de maus-tratos? Ninguém estranha que não esteja aqui, por exemplo, uma operária, uma trabalhadora do comércio, aquelas pessoas que sentem mesmo a rudeza da vida e a classe de opções que têm de tomar quando educam uma criança debaixo da tensão da vida real. Eu lamento imenso, mas vou ter que me abster desta situação.”

Seguiu-se a votação que, num universo de 35 votantes registou 1 voto contra, 6 abstenções e 1 voto nulo. **Aprovado por maioria.** Na alegada e possível incompatibilidade do candidato Mário Rui Oliveira, o senhor Presidente da Câmara Municipal, pediu a esta Assembleia – e o plenário concordou unanimemente – que, se ela for confirmada, aquele candidato seja substituído por Maria do Carmo da Silva Duarte, Assistente Social, comprometendo-se ele a levar a alteração à ratificação do executivo camarário, na próxima reunião.

9º Ponto

Eleição de um membro substituto para a Comissão Municipal que concede as Autorizações de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho.

(Proposta A) - Grupo Municipal Partido Socialista

Exmo. Snr.

Presidente da Assembleia Municipal de V A L E N Ç A

Assunto: Eleição de um membro substituto da AMV para a Comissão Municipal que concede as Autorizações de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho.

Exmo. Snr. Presidente,

O Grupo Municipal do Partido Socialista, quanto ao em epígrafe, apresenta a seguinte candidatura: Dra. Dora Cláudia Rodrigues Ferreira.

Att.

(José António Nogueira – Líder do G. M. Partido Socialista)

(Proposta B) - Grupo Municipal do Partido Social Democrata

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Valença

Dr. Jorge Gama

Na qualidade de Porta-voz do Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Valença, venho dar conhecimento a V.ª Ex.ª que propomos o nome do Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas para se submeter à votação que se vai efectuar, tendo em vista a escolha de um membro substituto para a Comissão Municipal que concede as Autorizações de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho.

Valença, 29 de Dezembro de 2006

Jorge Manuel Esteves Santos Silva

Procedeu-se à votação que num universo de 35 votantes registou:

- (A) – 19 votos
- (B) – 14 votos
- Nulo – 1 voto
- Abstenção – 1 voto

Verificando-se assim a **eleição de Dora Cláudia Rodrigues Ferreira**

10º Ponto

Eleição de 5 cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança.

Exmo. Snr

Presidente da Assembleia Municipal de V A L E N Ç A

Assunto: Eleição de cinco cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança.

Os Líderes dos Grupos Municipais do PS, do PPD/PSD e Unidos pelas Freguesias e o membro eleito pelas listas PCP/PEV, quanto ao e para o em epígrafe, apresentam os seguintes:

- 1. Eng. Alberto Manuel Rodrigues Pinto Pinheiro**, residente em Estrada da Branqueta, 25, Valença;
- 2. Dra. Maria Ângela de Lima Evangelista**, residente em Estrada, n.º 10, Ganfei, Valença;
- 3. José Cândido Esteves Dantas**, residente em Covelos, Cristelo Covo, Valença;
- 4. Tomás Gonçalves Coelho**, residente em Rua Frei Santa Rosa de Viterbo, n.º 10, Valença; e,
- 5. Alípio Nunes Vaz de Sousa**, residente em Gandara, Friestas, Valença.

Att.

- (José António Lopes Nogueira – Líder do G. M. Partido Socialista)
- (Jorge Manuel Esteves Santos Silva – Líder do G. M. PPD/PSD)
- (Manuel Rodrigues Lopes – Líder do G. M. Unidos pelas Freguesias)
- (Armando Manuel Teixeira de Carvalho – membro eleito nas listas PCP/PEV)

Procedeu-se à votação que, num universo de 35 votantes (ausências de Luís Amorim e António Fernandes), registou 4 abstenções, 1 voto contra e 1 voto nulo. **Aprovado por maioria**, tendo o Presidente da Mesa desejado a todos os eleitos as maiores felicidades e êxitos para levar a bom termo as funções para que foram eleitos.

De seguida a **1ª Secretária** procedeu à leitura da **Acta em Minuta**, que submetida à votação, num universo de 33 votantes (ausências de Luís Amorim, Maria do Carmo, José Veríssimo e Carlos Marinho), foi **aprovada por unanimidade**.

O **Presidente da Mesa**, verificou não haver intervenientes para o Período de Intervenção do Público e, quando eram 19h50m, deu por encerrados os trabalhos.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Gama, e pela 1ª Secretária, Anabela de Jesus Sousa Rodrigues, que a redigiu.

O Presidente da Mesa,

A Primeira Secretária,
